Jornal unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - Outubro/2008 - Ano XXII - Nº 238

Apoio aos assentados

Fotos Divulgação

Por meio de pesquisas, prestação de serviços e ensino de nível superior, câmpus colaboram para melhorar as condições de vida e trabalho em assentamentos rurais paulistas. Dois lançamentos da Editora Unesp analisam trajetória do campesinato no Brasil. **Págs 8, 9 e 13**

Encontro latino-americano discute relação entre educação e direitos humanos

Pág. 5

Participação das cidades no mundo globalizado é tema de evento em São Paulo

Pág. 7

Processo usa nanotecnologia para eliminar corantes em rejeitos industriais

Pág. 6

MANEJO DE PRAGAS

Trabalho sobre microrganismo que ataca laranjais é premiado na Austrália

Pág. 3

O estatuto das Humanidades na universidade pública

CLÁUDIO BENEDITO GOMIDE DE SOUZA

Noélia Ipê

Preliminarmente, apenas para efeitos de análise, ignorando superposições e outras possibilidades de classificação, consideraremos três grandes áreas do conhecimento: Ciências Formais, Ciências Experimentais e Humanidades.

No primeiro grupo, onde se enquadram campos como matemática, lógica, ciências da computação, as transformações objeto são de natureza simbólica. Uma relação demonstrada em trigonometria, por exemplo, observados os respectivos axiomas e regras de inferência, aplica-se a qualquer tempo, em qualquer lugar, a qualquer objeto que se enquadre na respectiva definição. Evidentemente que, nessas ciências, a pesquisa consiste, na esmagadora maioria das vezes, em explorar o limite de regras e definições nas múltiplas combinações possíveis de um dado conjunto de elementos simbólicos.

As Ciências Experimentais, geralmente, na produção e na difusão do conhecimento, seguem o formato clássico. Inicialmente, é estabelecido o objetivo ou o objeto da pesquisa e é delimitada a abordagem. Em seguida, é feita a revisão da literatura (estado da arte) relacionada ao objeto, em livros e, mais especificamente, em periódicos "ranqueados" de tal forma que, geralmente, não resulta em grandes controvérsias sobre a seriedade e a utilidade da publicação.

Estabelecido o referencial teórico, ou conhecimento relevante e aceito para descrição ou explicação dos fenômenos relacionados, define-se a abordagem do estudo, o experimento propriamente dito, ou, como é usual, "os materiais e métodos" a serem utilizados na pesquisa.

Durante a realização da pesquisa empírica, são coletados dados sobre os grupos experimentais e de controle. A seguir, os dados são processados, resultando em tabelas, gráficos e estatísticas. Os resultados são discutidos e são feitas as considerações finais em que o autor ou, geralmente, os autores posicionam-se em relação ao fenômeno estudado, recomendando, por exemplo, utilização de novas variedades de cultivo, técnicas cirúrgicas, materiais resistentes e toda a multiplicidade de processos envolvidos nas transformações materiais requeridas para o desenvolvimento social e econômico em um dado contexto. Evidentemente, imperam considerações relativas ao valor agregado pelo processo, custos e benefícios, bem como considerações relativas à eficácia, efetividade e eficiência.

Diferentemente dos grupos acima descritos, as Ciências Humanas apresentam extrema variabilidade quanto à própria concepção do objeto e, mais ainda, quanto à natureza da abordagem que permite a obtenção de informação confiável e relevante para descrição e explicação dos fenômenos a elas relacionados. Evidentemente, não há consenso e, em muitos casos, nem mesmo posição hegemônica quanto a tais aspectos. Como o próprio ser humano, aqui é o campo da diversidade, onde não há uma hierarquia rígida de abordagens e, muito menos, de pesquisadores.

Em Humanidades, geralmente, é atestado de ignorância qualificada pensar que uma abordagem é "a abordagem" e que contribuições de outras perspectivas não sejam relevantes para a compreensão dos respectivos fenômenos. Ainda, há que ressaltar que, nessa área, é muito menor a visibilidade e, por vezes, a aplicabilidade dos resultados, já que o número de variáveis envolvidas em cada caso é significativamente maior. Comparem-se, por exemplo, estudos clássicos em Agronomia com aqueles sobre gestão de unidades escolares ou aprendizagem na educação básica.

Assim, o que poderíamos denominar de "laboratórios de pesquisa em Humanidades" resume-se ao acesso à informação confiável, na forma, por exemplo, de bibliotecas e laboratórios de informática, ou ao apoio a grupos de pesquisa, principalmente os emergentes, e a eventos. Em uma unidade de Humanidades, a biblioteca é, também, laboratório.

Em Humanidades, é imprescindível a discussão do conceito de ciência aplicada, quais suas bases epistemológicas e quais as suas possibilidades metodológicas. Para alguns, ainda existe o falso dilema da oposição entre abordagens quantitativas e qualitativas, o que, evidentemente, não é uma questão de exclusão e sim de complementaridade ou de superação pela abordagem quanti-qualitativa, onde a descrição pode estar integrada à interpretação.

Em termos ainda mais complexos, coloca-se a questão da interdisciplinaridade, da superação do paradigma mecanicista por abordagens mais holísticas. Nesse sentido, toda ciência é uma linguagem, já que, no limite, visa à descrição, à compreensão, à predição e ao controle. Trata-se de perguntar como nos comunicamos com máquinas, organismos, pessoas, grupos, organizações ou outros sistemas.

A universidade só poderá desempenhar plenamente sua missão institucional se houver um consenso de que todas as áreas do conhecimento que a integram são relevantes e, concebidas em suas especificidades, podem prestar importantes contribuições para a sociedade. O desafio é descobrir o que é comum e o que é diferenciado, disseminando a idéia de que o avanço do conhecimento implica assumir e conviver com a diversidade de áreas e abordagens.

Cláudio Benedito Gomide de Souza é pedagogo (Administração Escolar), graduado em Letras (Português/Inglês), mestre em Tecnologia da Educação (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e doutor em Educação (USP). Livre-docente pela Faculdade de Ciências e Letras da **Unesp**, câmpus de Araraquara, da qual é diretor, é coordenador de grupo de pesquisa e desenvolvimento IAGE – Informática Aplicada à Gestão Educacional.

Texto elaborado a partir de comunicação apresentada no VI Simpósio em Filosofia e Ciência, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília, de 4 a 7 de outubro de 2005.

Excepcionalmente não publicamos nesta edição o Editorial.

A íntegra deste artigo está no *Portal Unesp*, no endereçohttp://www.unesp.br/aci/debate/estatuto_humanidades_gomide.php

Este texto não reflete necessariamente a opinião do **Jornal Unesp**.

PRODUÇÃO VEGETAL

Prêmio para manejo de praga de laranjais

Trabalho que estuda e combate nematóide obtém primeiro lugar em congresso na Austrália

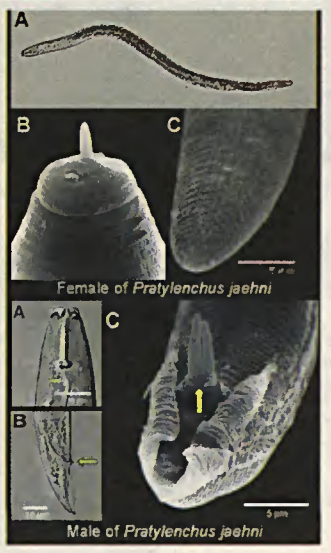
Um projeto de doutorado voltado para o estudo e o manejo de uma espécie de nematóide que ataca laranjais foi premiado no Quinto Congresso Internacional de Nematologia, em Brisbane, na Austrália, em julho. A pesquisa, que conquistou o primeiro lugar na categoria Nematode Management, foi realizada por Sérgio Ademir Calzavara, pós-doutorando em Agronomia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), câmpus de Jaboticabal.

Em seu trabalho, Calzavara quantificou as perdas causadas pelo nematóide *Pratylenchus jaehni* em mudas novas de laranjeiras e identificou os sinais dos ataques. "No estudo, procuro descrever os sintomas das plantas infectadas, ou seja, a baixa intensidade foliar, folhas e frutos menores, crescimento retardado, déficit hídrico e morte das raízes, além de estudar a faixa de hospedeiros dos nematóides e analisar a resistência de porta-enxertos de citros ao nematóide", diz o agrônomo.

O pós-graduando também buscou alternativas de combate à praga, como o porta-enxertos. O procedimento consiste em enxertar uma muda de um outro fruto – no caso, limão-cravo – em mudas resistentes de pé de laranja. Em seguida, poda-se a parte superior da planta enxertada e coloca-se em seu lugar a copa da árvore responsável pela produção de frutos. "Essas culturas podem ser implantadas na área de um velho pomar infestado com o propósito de reduzir o número de nematóides no solo, evitando seu alastramento", diz.

Fotos Divulgação

Em seu dautarada, par meia de enxertas, Calzavara abteve mudas de laranjeiras mais resistentes aa ataque da micrarganisma (*abaixo à direita*)



Bons resultados – Realizado em uma fazenda em Itápolis (SP), o estudo surgiu após a identificação e descrição do nematóide em 2001, por pesquisadores da **Unesp** e dos Estados Unidos. Os nematóides são minúsculos organismos que vivem em diversos ecossistemas, em quase todas as regiões do mundo. Algumas espécies parasitam plantas, sendo encontradas nas raízes e no solo.

"Os resultados revelaram que mudas enxertadas em porta-enxertos resistentes podem ser utilizadas para substituir árvores de citros mortas, apontaram as culturas que podem ser implantadas na área de um velho pomar infestado com o propósito de reduzir o número de nematóides no solo, além de detectar que os nematóides reduzem o crescimento das plantas jovens, do diâmetro do tronco ao volume de copa das árvores, a partir de um ano de inoculação", explica o especialista.

O orientador da tese, Jaime Maia dos Santos, professor do Departamento de Fitossanidade da FCAV, relata que a conquista é uma evidência da qualidade das pesquisas promovidas em Jaboticabal. "Para o Sérgio, a premiação é um indicador do nível de excelência de sua formação profissional, compartilhada com a Universidade que o formou", diz o docente. O estudo foi contemplado com uma bolsa da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para dar continuidade à pesquisa.

Renato Coelho

SAÚDE

Cartilhas orientam uso de plantas medicinais

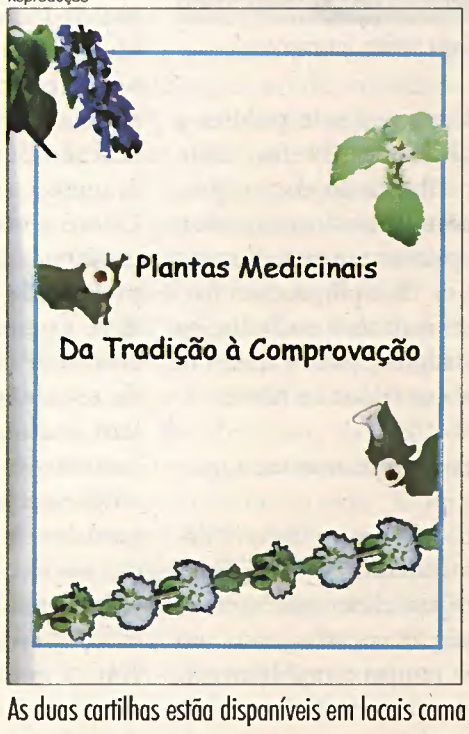
Publicações feitas por alunos de Botucatu levantam hábitos de usuários de postos de saúde

Duas cartilhas sobre o uso de plantas medicinais por freqüentadores de postos de saúde de Botucatu foram elaboradas por alunos do curso de Ciências Biológicas do Instituto de Biociências (IB). Os trabalhos de conclusão de curso visam auxiliar usuários, professores e alunos quanto ao emprego correto das ervas. A orientação foi da biomédica Maria José Queiroz de Freitas, docente do Departamento de Fisiologia, com a co-orientação de Renato Eugênio Diniz, do Departamento de Educação.

Gisele Aparecida Dionísio Lopes, autora de *Noções sobre hipertensão e plantas medicinais*, fez um levantamento entre usuários do Posto de Saúde I, que oferece atendimento em homeopatia. Ela também entrevistou alunos da rede pública para determinar o nível de conhecimento sobre pressão alta e plantas medicinais.

Na unidade de saúde, Gisele constatou que 67,5% dos entrevistados eram portadores de hipertensão arterial, dos quais 37% utilizavam ou haviam utilizado plantas como auxiliares no tratamento. Nas escolas, 65% dos estudantes não conseguiram definir a doença, embora 70% conhecessem alguma planta medicinal.

Reprodução



Reprodução

As duas cartilhas estão dispaníveis em lacais cama escalas estaduais e bibliatecas de Batucatu

Efeitos colaterais – A cartilha *Plantas medicinais: da tradição à comprovação*, elaborada por Vinicius Andrade Arce Pais, tem o objetivo de conscientizar a população sobre o uso correto dessas plantas, salientando que, além de terapêuticas, elas também podem ser tóxicas. Esse levantamento não focou nenhuma enfermidade específica – as ervas mencionadas foram usadas em tratamentos diversos.

O então aluno do IB realizou quarenta entrevistas no Centro de Saúde da Família, no Distrito de Rubião Júnior. "De modo geral, os entrevistados eram moradores de zonas rurais e tinham o hábito de tratar suas enfermidades com plantas", disse Pais.

Segundo ele, foram mencionadas 22 plantas, entre as quais foram escolhidas quinze, em função dos efeitos tóxicos. A planta Sene (*Senna sp.*), conhecida como fedegoso, foi muito citada como laxante. Mas, segundo Pais, em doses exageradas pode afetar músculos, fígado e cérebro.

As cartilhas estão disponíveis para consulta nas escolas estaduais de Botucatu, bibliotecas, no IB e na Faculdade de Ciências Agronômicas da **Unesp**.

Genira Chagas

ENTREVISTA

Desafios para a universidade

O cientista político Tullo Vigevani, de Marília, discute gargalos para expansão do ensino superior

Eliana Assumpção

Aula em curso de psicologia: segundo especialista, universidades precisam garantir sua autonomia, mas com capacidade para responder às necessidades sociais, sobretudo dos trabalhadores e mais pobres

Doutor em História Social pela USP, Tullo Vigevani é, desde 2007, professor titular da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), câmpus de Marília, onde leciona desde 1987. Colabora com diversas instituições e participa de vários conselhos editoriais de publicações. Nesta entrevista, Vigevani reflete sobre a quantidade e a qualidade no ensino superior público. (Entrevista a **Julio Zanella**)

Jornal Unesp: *O modelo de ensino, pesquisa e extensão da universidade pública comporta o atendimento das atuais demandas por ampliação de vagas?*

Tullo Vigevani: O modelo atual teve êxito no Brasil e no Exterior. Vem da Alemanha do século XIX e expandiu-se muito a partir dos Estados Unidos. Os problemas contemporâneos trazem novas necessidades, como a melhora da qualidade de ensino. A **Unesp** tem feito um grande esforço nesse sentido, mas a origem da qualidade ainda insuficiente está nas gravíssimas dificuldades do ensino fundamental e médio oferecido nas escolas públicas brasileiras. A Universidade tem se destacado pela capacidade de suas pesquisas e no desenvolvimento do País. Porém, não estamos preparados para manter a qualidade e absorver um maior contingente de jovens se não houver aumento de recursos. Mesmo que houvesse maior aporte de recursos para a educação superior, como vem fazendo o governo federal, estaríamos muito longe da possibilidade de acesso democrático para todos.

JU: *Há soluções à vista?*

Tullo: O ensino a distância vem sendo apontado como um caminho que poderia absorver um número maior de alunos, mas o meio acadêmico tem dificuldades em aceitar o debate. Há dúvidas quanto à eficiência e à manutenção da relação aluno–professor. Creio ser necessário que a Universidade e os intelectuais em geral aceitem o princípio da igualdade de oportunidades de acesso. O acesso ao conhecimento é a base do progresso, da adequação a um mundo mais justo e igualitário. Isso implica garantir a entrada e a manutenção das camadas pobres no sistema escolar fundamental, médio e universitário. A atual universidade pública e de qualidade tem responsabilidades diretas, entre elas a de contribuir para a melhoria do ensino fundamental e médio. No tocante ao ensino superior, por exemplo, por que não pensar em um número maior de alunos nas classes de disciplinas com forte conteúdo expositivo? Isso acontece na Itália, na França, na Argentina, no Uruguai, países que têm ou tiveram excelente ensino em todos os níveis.

Daniel Patire

Vigevani: mais recursos para pois atingir padrão internacional

JU: *É possível ampliar as vagas e manter a qualidade?*

Tullo: Basta ver quanto custam as universidades públicas paulistas e as federais de qualidade, para verificar que seria ilusório dizer que quantidade e qualidade podem ser alcançadas com um toque de mágica, ao mesmo tempo e rapidamente. O ensino universitário de ponta, com alto nível de excelência, não existe para todos nem mesmo nos países desenvolvidos, ricos. Se quisermos levar o ensino universitário a outras camadas sociais, democratizar o acesso, abrir oportunidades para todos, teremos que estudar a possibilidade de fazê-lo concretamente. Parece difícil pensar isso, mas em parte já acontece na Universidade brasileira, inclusive na **Unesp**. Há a graduação, o bacharelado e a licenciatura. Mas os que estão mais preparados e têm vocação científica e intelectual buscam o mestrado e o doutorado. Portanto, há realidades que mostram caminhos que viabilizariam aumentar o acesso com a perspectiva da excelência. Tudo isso tem um pressuposto: aumentar os recursos para o ensino em geral e adequar-se aos padrões internacionais médios, particularmente dos países que deram grandes passos à frente.

JU: *As pressões por ampliação de vagas, sem a contrapartida de aumento de recursos, ferem a autonomia das universidades estaduais paulistas?*

Tullo: O princípio da autonomia universitária não é um dogma. Ele deriva de lutas históricas e, sobretudo, corresponde às necessidades fundamentais da Universidade: a da reprodução do conhecimento para as novas gerações e a da produção de novos conhecimentos. É historicamente adquirida a idéia de que, sem a plena liberdade, o direito à reflexão pura e o livre arbítrio não são possíveis os avanços científicos, filosóficos, artísticos, culturais. Essa é a razão da autonomia. Ao mesmo tempo, a universidade pública é mantida pela sociedade, representada pelo Estado. Portanto, a universidade deve compatibilizar sua total autonomia com os controles democráticos que a sociedade e o Estado exercem. É preciso equilíbrio e a universidade tem que ter sua autonomia plenamente garantida, juntamente com sua capacidade de resposta a reivindicações sociais. Manter a autonomia implica também ter capacidade de responder às necessidades sociais, sobretudo dos trabalhadores, dos mais pobres e dos excluídos, preservado o princípio da total liberdade de pensamento. A pressão burocrática que busca interesses de curto prazo não é admissível. Ao mesmo tempo, a universidade deve contribuir para que o País encontre caminhos para melhorar e democratizar o acesso a ela. Portanto, fere-se a autonomia ao forçar aumento de vagas por meios burocráticos, mas o problema do acesso e sua democratização existe e deve ser objeto de profunda reflexão de nossa parte.

EVENTO

Educação pelos Direitos Humanos

Encontro latino-americano enfatiza papel das universidades na consolidação da cidadania

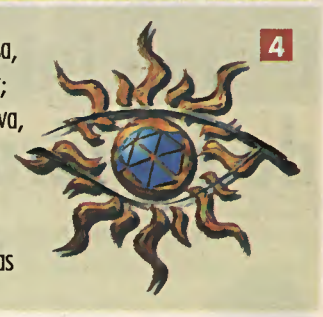
Especialistas de vários países se reuniram no câmpus de Araraquara para discutir políticas públicas e projetos educacionais para promoção dos direitos fundamentais na América Latina. Entre 16 e 18 de setembro, no I Congresso Latino-americano de Educação em Direitos Humanos e no II Encontro de Direitos Humanos da Unesp, professores, pesquisadores e alunos analisaram o papel da universidade no apoio à cidadania.

"Necessitamos de uma Educação fundada na promoção da dignidade humana", enfatizou Clodoaldo Meneguello Cardoso, professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Social (Faac), câmpus de Bauru, e presidente do Observatório de Educação em Direitos Humanos (OEDH) da Unesp. "A Educação precisa estar atrelada a um novo pacto social, baseado na inclusão", salientou a presidente da Comissão Organizadora dos eventos, professora Sueli Aparecida Itman Monteiro, da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), câmpus de Araraquara.

O encontro reuniu experiências da AUGM (Associação de Universidades Grupo Montevidéu), que congrega instituições sul-americanas. Os debates, conferências, apresentações de trabalhos e minicursos foram divididos em três eixos: saúde e assistência social; segurança urbana: agressões às crianças, adolescentes e jovens; diversidades e grupos sociais vulneráveis.

Fotos Daniel Patire

1 – Uma das mesas reuniu (*da esq. para a dir.*) Cladaalda Cardasa, da **Unesp**; Narma Felicidade Lapes da Silva Valência, da UFSCar; Damian Lareti, da Universidade de Buenas Aires; e Ramán Casanova, da Universidade Central da Venezuela. **2** – Sueli Aparecida Itman Manteira, presidente da Camissão Organizadara da eventa. **3** – Pública presente a uma das apresentações. **4** – Símbala da I Cangressa Latina-Americana de Educação em Direitas Humanas



Experiências – A prática da Educação em Direitos Humanos (EDH) passa sobretudo pela extensão, segundo Mariana Blengio, da Udelar (Universidade da República), do Uruguai, e Roberto Vicente, da UNL (Universidade Nacional do Litoral), da Argentina. Ambos coordenam, em suas instituições, a Cátedra Unesco de Direitos Humanos, que promove pesquisas e capacitação em Direitos Humanos.

A Udelar tem capacitado, por exemplo, policiais de Montevidéu. "Devemos formar profissionais que tenham a compreensão das necessidades das pessoas", disse Mariana. Já na UBA (Universidade de Buenos Aires), de acordo com Damian Loreti, a disciplina de Direitos Humanos é obrigatória para alunos da Faculdade de Direito, enquanto para outras unidades é optativa e adaptada a cada profissão.

Ramón Casanova, da Universidade Central da Venezuela, ressaltou que a EDH em seu país é uma experiência única na região. Para ele, a questão dos Direitos Humanos está associada a uma "refundação da república", no governo Hugo Chávez. "A escola como o centro da vida democrática é um espaço para a prática da política", sentenciou.

Caso brasileiro – Vicente e Mariana elogiaram o Brasil pelo Plano Nacional de Ensino em Direitos Humanos, lançado pelo MEC em 2007. Porém, as normas não asseguram os direitos, segundo advertiram professores brasileiros. "Nossa Constituição de 1988 garante que todos têm direito a educação, saúde, trabalho e segurança", exemplificou José Luiz Riani Costa, docente do Instituto de Biociências (IB), câmpus de Rio Claro. "Contudo, esses direitos não se efetivam para a maioria, que sofre discriminação de raça e gênero."

O SUS (Sistema Único de Saúde) foi apresentado pela professora Maria do Carmo Gullaci Caccia-Bava, da Faculdade de Medicina, da USP de Ribeirão Preto, como o maior projeto de proteção social do país. "Com a implantação do Suas (Sistema Único de Assistência Social), cujo modelo de gestão também é descentralizado e participativo, a rede de proteção social se completa", destacou.

No entanto, a eqüidade pregada pelo SUS pode prejudicar as pessoas portadoras de deficiência, segundo a professora Fátima Elisabeth Denari, da UFSCar. "Ao se igualar, elas não perderiam seus direitos a um atendimento especial para as suas necessidades?", questionou.

As desigualdades sociais estiveram também no cerne da questão da diversidade. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, professora da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), câmpus de Marília, assinalou que índios, homossexuais e mulheres ainda são vítimas de discriminação. "Os grupos vulneráveis não são portadores de atributos ou necessidades específicas; necessitam apenas de justiça nas oportunidades", disse.

No caso da segurança urbana, o juiz da Vara da Infância e Juventude de São Carlos, João Batista Galhardo Jr., apresentou o NAI (Núcleo de Atendimento Integrado), em que jovens infratores cumprem uma medida socioeducativa, recebendo, com suas famílias, o apoio de psicólogos, médicos e assistentes sociais. A professora Sueli coordena um projeto de extensão do NAI, em que alunos trabalham na educação dos adolescentes.

Para conhecer mais sobre o tema, acesse:

http://www.observatorioedudh.unesp.br/index_portal.php

Daniel Patire

Lançamento de livros

No congresso, docentes da **Unesp** lançaram publicações de suas pesquisas sobre Direitos Humanos. A professora Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, da FFC, apresentou o livro *Gênero e Poder Local* (Editora Humanitas/Fapesp).

Clodoaldo Meneguello Cardoso, da Faac, lançou o volume *Convivência na diversidade: cultura, educação e mídia* (Editora Cultura Acadêmica), organizado por ele. Outra novidade, *Educação, juventude e políticas públicas: reflexões sobre inclusão e preconceito* (Editora Cultura Acadêmica), traz artigos organizados pelas professoras Ângela Viana Machado Fernandes, Cíntia Pereira Dozono de Almeida e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, da FCL.

D.P.

QUÍMICA

Novo processo para eliminar corantes

Recurso usa eletrodo coberto com nanotubos para destruir pigmentos em rejeitos industriais

Fotos Divulgação

Método criada pela professara Maria Valnice cambina duas técnicas para transfarmar carantes em água e gás carbânica, evitanda que tais pradutas passam ser ingeridas par seres humanas

Pesquisadores do câmpus de Araraquara desenvolveram um novo método fotoeletroquímico para tratamento de água e eliminação de corantes químicos usados em papéis e couros pela indústria têxtil. O objetivo é destruir os pigmentos dos corantes e evitar a contaminação da água nas estações de tratamento e reservatórios.

"Este método combina as vantagens de duas técnicas de degradação completa dos corantes, a fotocatálise e a eletrocatálise, transformando-os em água e gás carbônico", explica a criadora dessa solução, a docente Maria Valnice Boldrin Zanoni, do Instituto de Química (IQ).

A nova técnica, chamada de fotoeletrocatálise, consiste no uso de um eletrodo – um terminal elétrico com a superfície de titânio recoberta com nanotubos, ou seja, tubos de tamanho microscópico feitos de dióxido de titânio gerado por anodização. O processo de anodização produz um filme de óxido sobre certos metais, que são imersos em um banho eletrolítico no qual o metal a ser anodizado é ligado ao pólo positivo de uma fonte de eletricidade. "O eletrodo é ativado por irradiação ultravioleta e aplicação de uma corrente elétrica equivalente a uma voltagem", diz a pesquisadora.

Ambiente – Por causa da baixa eficiência de fixação do corante à fibra, esse produto é lançado em grande quantidade nos efluentes das indústrias têxteis. Esses rejeitos, se não tratados, podem chegar às estações de tratamento de água e ser ingeridos por seres humanos.

"A complexidade da carga orgânica e a toxicidade dos efluentes causam muitas conseqüências ambientais, tais como a interferência na biota aquática, alterando a oferta de oxigênio, além de conterem propriedades cancerígenas", revela a docente do IQ.

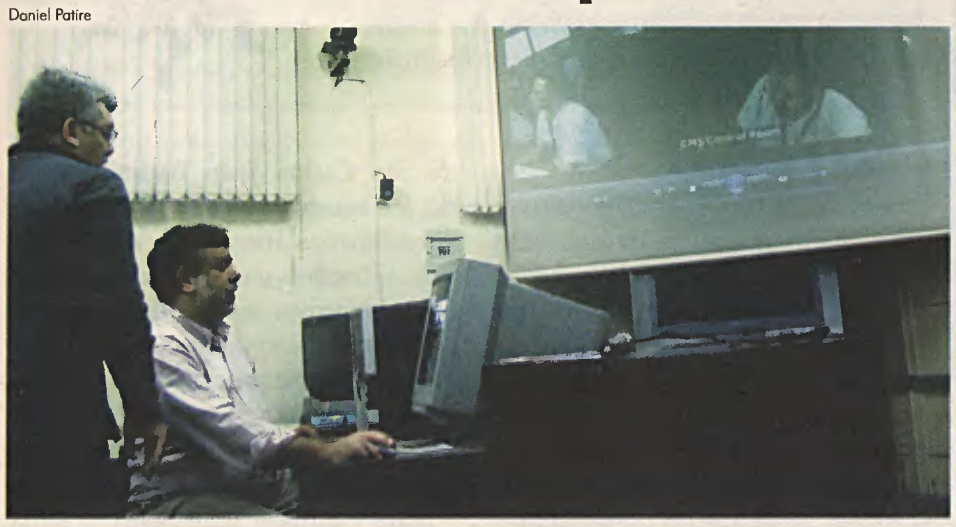
Apoiada pela Fapesp, a pesquisa é realizada em parceria com dois pesquisadores norte-americanos: Marc Anderson, da University of Wisconsin, Madison, e Krishnan Rajeshwar, da University of Arlington, Texas, além de Danielle Oliveira, da USP, Gisela Umbuzeiro, da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), e mestrandos e doutorandos do IQ.

Renato Coelho

FÍSICA

Grupo integra lançamento de acelerador de partículas

Daniel Patire



Navaes (*sentada*) assiste, em Sãa Paula, à transmissãa da inícia de atividades da equipamenta

No dia 10 de setembro, pesquisadores do Sprace (Centro Regional de Análise de São Paulo) participaram do início das atividades do LHC (Large Hadron Collider), ou Potente Acelerador de Partículas. O evento foi transmitido pela Internet para países que integram os experimentos. A equipe paulista assistiu à transmissão no Instituto de Física Teórica (IFT), em São Paulo.

Instalado entre a Suíça e a França e construído pelo Cern (Organização Européia para a Pesquisa Nuclear), o LHC buscará esclarecer a origem da massa das partículas elementares e constatar a existência do bóson de Higgs, partícula que teria dado origem às demais. A máquina é composta por um anel de 27 km de circunferência e quatro detectores de partículas, sendo um deles o CMS (Compact Muon Solenoid), projeto integrado pelo grupo paulista.

O Sprace, que é liderado pelo físico Sergio Novaes, do IFT, colabora com experimentos que aumentam as chances de encontrar o bóson de Higgs. Combinando resultados dos grupos de pesquisa CDF e DZero, que atuam no acelerador de partículas Tevatron, nos Estados Unidos, a equipe excluiu um valor para a massa do bóson de Higgs.

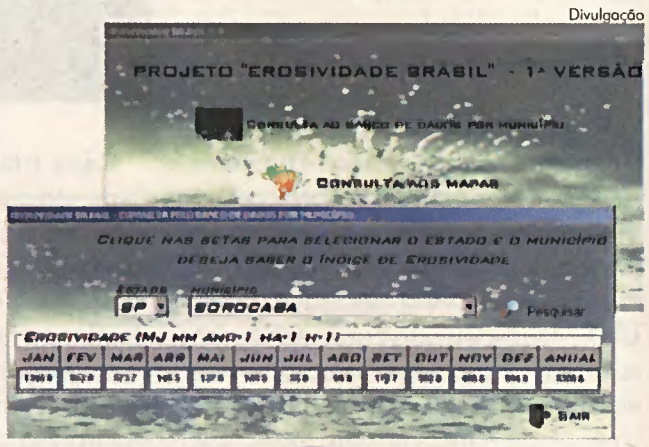
Segundo Novaes, estima-se que essa partícula não deva ter 170 GeV (giga-eletronvolts – medida de massa). Apesar de prever a existência do Higgs, a Física não é capaz de dizer o valor da massa que ele deva ter. Pesquisas anteriores determinaram que ela é maior que 114,4 GeV.

Danilo Koga

ENGENHARIA AMBIENTAL

Software reúne dados sobre erosão no país

Divulgação



Silva, Radrigues e Marques (*da esq. para a dir.*) criaram programa para consulta de informações sabre fenâmena

Uma iniciativa de professores dos Departamentos de Engenharia Ambiental e de Engenharia de Controle e Automação do câmpus de Sorocaba resultou no software Erosividade Brasil. O aplicativo auxilia pesquisadores a consultar dados sobre riscos de erosão.

O software fornece de forma prática e rápida valores numéricos para uso na Equação Matemática Universal de Perda de Solo (EUPS), empregada em estudos na área. O trabalho foi elaborado pelos docentes Alexandre Marco da Silva e Márcio Alexandre Marques, com o auxílio de Bruno Barreto Rodrigues, aluno de Engenharia de Controle e Automação. Também participa do projeto a bolsista Tássia Penha, estudante de Engenharia Ambiental.

Silva aliou ao aplicativo um banco de dados com valores médios de erosividade mensal e anual dos municípios do país. Marques criou uma interface na qual o usuário seleciona o Estado e a cidade para ter acesso aos dados. "O banco de dados com informações sobre quase todos os municípios brasileiros é permanentemente atualizado", afirma o docente.

Em outubro, a equipe passou a ter o apoio regular de uma estação climatológica, adquirida com verba da Fundunesp. A estação coleta dados pluviométricos e quantifica informações de temperatura e umidade relativa do ar, pressão barométrica e direção e velocidade do vento. Os dados estão disponíveis na página da unidade

Eduardo Bernardo de Oliveira
Bolsista Unesp/Universia/Sorocaba

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Cidades no cenário mundial

Seminário internacional debate participação dos municípios no processo de globalização

Fotos Julio Zanella

1 – Subirats (*esq.*), Wanderley e Ermínia analisaram vantagens e problemas que ecanamia glabal traz para municípias; **2** – Oliveira destacou criação da Secretaria de Relações Internacianais, na capital; **3** – Blanes criticau ausência da tema nas preacupações das prefeituras; **4** – Dallari apantau a interferência da Senada nas ações municipais; **5** – Suzana camentau que na Espanha há menar centralização das decisães; **6** – Pecht facalizau efeitas ecanâmicas sabre a vida das cidades

Com o apoio e a participação da **Unesp**, o seminário internacional "Gestão pública e Relações Internacionais das cidades: São Paulo, Buenos Aires e Barcelona" debateu, em setembro, na PUC-SP, em São Paulo, a participação dos municípios na globalização. Os debates enfatizaram que as administrações municipais também devem desenvolver relações exteriores – um processo denominado paradiplomacia.

"A globalização acirrou a competitividade entre as cidades por mais investimento, mas também criou novas oportunidades e perspectivas de desenvolvimento", afirma Tullo Vigevani, docente do curso de Relações Internacionais (RI) da Faculdade Filosofia e Ciências (FFC), câmpus de Marília, um dos pioneiros da pesquisa sobre o tema no Brasil. "São os municípios que mais sentem os reflexos do mundo globalizado, seja para o bem ou para o mal", aponta Luiz Eduardo Wanderley, docente da PUC-SP e do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), e um dos coordenadores do evento.

Para o pesquisador Valdomiro Pecht, da Fundap (Fundação de Desenvolvimento Administrativo), as cidades também sentem os efeitos da política externa dos países. "O comércio exterior estimula o crescimento econômico, cria empregos, gera renda e ao mesmo tempo amplia o processo de inserção internacional dos municípios", observou.

No entanto, as administrações municipais estão pouco estruturadas para uma inserção mundial. "A maioria das prefeituras não possui secretarias ou assessorias nessa área, e as que existem trabalham de forma precária", disse Sócrates Torres, coordenador da área de RI da cidade de Camaçari (BA). Já o docente Marcelo de Oliveira, do câmpus de Marília, destacou a criação, em 2002, da Secretaria de Relações Internacionais do município de São Paulo. "Foram obtidos 35 milhões de dólares em empréstimos a fundo perdido, o que possibilitou o investimento na construção de dez CEUs (Centros Educacionais Unificados)", assinalou.

Recursos – A cooperação técnica e humanitária é outra forma de relações internacionais entre as cidades. O sociólogo Ted Hewitt, docente da Universidade de Ontário, no Canadá, analisou um acordo de colaboração em 11 áreas, entre São Paulo e Toronto, de 1994 a 2002. "O acordo permitiu à capital paulista receber investimentos em habitação popular, no caso do Projeto Cingapura, e aquisição de ambulâncias", comentou.

Um dos entraves para ações de política externa dos municípios é o jurídico. "Apenas 37% das capitais mencionam as relações internacionais em suas leis orgânicas", apontou José Blanes Sala, docente do câmpus de Marilia. De acordo com Pedro Dalari, professor de Direito Internacional da USP, a Constituição determina que acordos internacionais que envolvam recursos financeiros devem ser aprovados pelo Senado Federal. "As cidades ainda não são reconhecidas pelos organismos internacionais e, por isso, há necessidade do aval do Estado, por meio do Senado Federal", justificou.

"Conheço o caso de uma cidade que espera há mais de quatro anos a aprovação no Senado de um acordo internacional na área do meio ambiente", lembrou Felipe de Almeida, estudante de RI da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), câmpus de Franca, que desenvolve projetos para alguns municípios. Na Espanha, o trâmite é menos complicado, segundo Suzana Garcia, docente da Universidade Autônoma de Barcelona. "É preciso apenas fazer um comunicado ao ministério das relações exteriores", observou.

Julio Zanella

Desafios para as prefeituras

Os municípios sentem o impacto direto da globalização. A professora de Urbanismo da USP Ermínia Maricato, destacou alguns efeitos desse processo. "Embora tenha levado a industrialização para o interior, por meio do agronegócio, a globalização estimulou a guerra fiscal [disputa por empresas, com isenções tributárias] entre as cidades, o que levou ao enfraquecimento dos municípios menores", afirmou.

Em Barcelona, nos últimos 15 anos, a globalização estimulou o crescimento do PIB, segundo o especialista em políticas públicas Joan Subirats, mas também desencadeou reflexos sociais. "Hoje, cerca de 22% da população da cidade tem mais de 65 anos, 60% dos jovens trabalham com contratos temporários e 55% das residências possuem apenas duas pessoas morando", apontou. Segundo Vanessa Marx, pós-doutora pela Universidade Autônoma de Barcelona, depois da campanha de marketing que atraiu investimentos, a cidade catalã vive outro momento. "O turismo predatório, que suja e degrada a cidade, aumentou e, por isso, houve retração das campanhas publicitárias", advertiu.

No Mercosul, a rede Mercocidades reúne 181 municípios da América Latina. "É uma forma de as cidades trocarem experiências para problemas crônicos em diversas áreas", afirma Mariana Vasquez, da Universidade de Buenos Aires. "O fórum das cidades do bloco ainda tem um papel apenas consultivo", acrescenta Karina Mariano, docente do câmpus de Marília.

Na União Européia, um fórum também foi criado para ajudar as cidades em projetos de projeção internacional. "É um órgão que direciona investimentos com o objetivo de permitir um equilíbrio maior no desenvolvimento dos municípios", afirma Joaquim Brugué, da Universidade Autônoma de Barcelona.

J.Z.

Julio Zanella

Situação eurapéia fai a tema de Brugué

AGRICULTURA

Apoio aos assentamentos

Especialistas da **Unesp** promovem pesquisas e prestam serviços para melhoria de produção de lavouras e gado leiteiro, adoção de práticas que respeitem o ambiente, além da formação de nível superior para agricultores

JULIO ZANELLA

Fotos Divulgação

Welch (sem boné) e Mançono (camiso listroda), entre ossentadas: cursa de nível superior

Moristelo oriento estudas na áreo

Lívio onoliso impocto ombientol

Pesquisodores de Ilho Salteiro estimulom melharios técnicos no regiõo de Androdino

Equipe que Bueno integro jó produziu mopo de solas (*ao lado*) e distribuiu dez mil tonelodos de colcório em vórios lacois

O País possui mais de 900 mil famílias vivendo em 7.800 assentamentos rurais, áreas desapropriadas para reforma agrária. Embora garantam a posse da terra para milhões de agricultores, esses locais apresentam condições de vida e trabalho geralmente precárias. "São áreas novas que necessitam mais investimentos em infra-estrutura, saúde, educação, habitação, transporte e assistência técnica, e onde as universidades têm muito a contribuir", aponta o professor Bernardo Mançano Fernandes, docente Faculdade de Ciências Tecnológicas (FCT), em Presidente Prudente.

Mançano é um dos coordenadores do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera) da FCT, ao lado do professor Clifford Andrew Welch. Uma das iniciativas do Nera foi a criação, há dez anos, do Dataluta, considerado o principal banco de dados sobre a estrutura fundiária do país. (*Veja quadro.*)

Entre as várias atividades promovidas pela **Unesp** nesse setor está o programa de capacitação de assentados para o preparo da terra, realizado por uma equipe da Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA), câmpus de Botucatu. Durante dois anos, o grupo realizou 7.122 análises de solo em 55 propriedades do Estado, fez recomendações técnicas e distribuiu dez mil toneladas de calcário, para reduzir a acidez do solo, beneficiando 3.561 famílias em 38 municípios.

Baseado nesse trabalho, foi lançado em 2007 o primeiro mapa de fertilidade dos solos de assentamentos no Estado. "São informações que beneficiam diretamente o desenvolvimento dessas propriedades", explica o professor Osmar de Carvalho Bueno, coordenador do projeto, que teve a participação dos docentes Roberto Lyra Villas-Bôas, Dirceu Maximino Fernandes e Leandro José Grava de Godoy.

Falta de informação – Embora a vida melhore para a maioria dos que obtiveram acesso à terra, a baixa escolaridade dos assentados é um obstáculo para o avanço da produtividade agrícola. A conclusão faz parte de um levantamento com 169 agricultores de oito assentamentos da região de Andradina (SP), feito por docentes e alunos da Faculdade de Engenharia (Feis), câmpus de Ilha Solteira. "A precária formação técnica desses trabalhadores é um dos entraves para o desenvolvimento das propriedades", avalia o coordenador do estudo, o professor Antonio Lázaro Sant´Ana.

Na principal atividade nesses assentamentos, a pecuária leiteira, a produtividade de seis litros diários por vaca foi considerada baixa. "Os produtores que recebem orientações técnicas conseguem melhorar a produção e a qualidade do leite", constata a docente da Feis Maria Aparecida Anselmo Tarsitano, que ensinou técnicas para melhoria nutricional e genética do rebanho, além da rotação de pastagem. Já Lázaro destaca a dificuldade de transporte e deficiências sanitárias que dificultam a comercialização dos produtos. "Detectamos, ainda, que a venda direta ao consumidor proporciona maior lucratividade do que quando é feita para a agroindústria", enfatiza.

A produtividade insuficiente faz com que muitos agricultores busquem outras opções de trabalho. No assentamento Fazenda Pirituba II, na região de Itapeva, das 32 famílias entrevistadas para um estudo de doutorado, apenas 19 têm a agricultura como meio exclusivo de subsistência. "Elas acabam exercendo outras atividades para completar a renda", diz o engenheiro agrônomo Mauro Sérgio Vianello Pinto, autor do trabalho sobre a administração das atividades agrícolas e não-agrícolas nos assentamentos. A orientação foi da docente Maristela Simões do Carmo, da FCA de Botucatu.

Para muitos assentamentos, a solução pode estar na produção do biodiesel. Em Jaboticabal, está sendo organizado um programa de formação técnica de assentados para produção de plantas oleaginosas, articulado com o plantio de alimentos. A meta é beneficiar mais de 3.600 famílias no Estado. Elas receberão aulas sobre a plantação de girassol, mamona e soja, além do processo para sua transformação em biocombustível. "Já realizamos um seminário sobre o tema para 73 agricultores de cinco regiões", diz Gilberto Souza, professor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV).

Curso de graduação – Outra contribuição significativa para a melhor formação dos trabalhadores do campo foi a criação, na FCT, de um curso especial de graduação em Geografia, com 56 alunos provenientes de assentamentos. "Com algumas disciplinas diferenciadas, eles são estimulados a refletir sobre suas respectivas realidades", informa o docente Antonio Thomaz Junior, responsável pela primeira turma, a ser formada em 2011.

Em agosto, também na FCT, com a parceria da Unesco, foi lançada a Cátedra de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Com o envolvimento de oito câmpus, a iniciativa abrange graduação e pós-graduação. "A partir da oportunidade de formação em nível superior, buscamos promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades rurais", informa Mançano, o coordenador da cátedra.

Ambiente – A preservação ambiental é outra preocupação dos pesquisadores. Um levantamento no assentamento Horto Vergel, em Mogi Mirim (SP), com orientação da professora Maristela, da FCA, verificou que mais da metade dos agricultores registrou queda do volume de água dos rios, nos últimos anos. Em relação à mata nativa, um terço deles acha que a preservação é um risco para sua atividade e, para 40%, uma boa fonte de madeira. "São dados que apontam para a exaustão desses recursos no médio prazo, pois muitos agricultores não utilizam as florestas de forma sustentável", afirma a engenheira florestal Lívia Tauri, autora do estudo. Para reverter essa situação, 20 técnicos em agroecologia vão capacitar cerca de 400 agricultores no Estado. "É uma ação que contempla as necessidades do agricultor de produzir eficientemente e interagir com a natureza", acrescenta Maristela, que coordena essa iniciativa.

O professor da FCT Luís Antonio Barone ressalta que mais de 70% dos assentamentos no Brasil não possuem licenciamento ambiental. Ele explica que um projeto de piscicultura, acompanhado por docentes da **Unesp** no Assentamento Primavera, em Presidente Venceslau (SP), não pôde ser desenvolvido por falta desse documento. O sociólogo vê a assistência técnica como a principal carência dos assentados, pela falta de profissionais qualificados para trabalhar nas pequenas propriedades. "Eles são formados para atuar em grandes projetos que, nesses locais, têm pouca valia", assinala.

Nos últimos anos, o Dataluta registrou uma queda do número de implantações de assentamentos rurais. De 2006 a 2007, eles caíram quase quatro vezes, de 538 para 146, assim como a quantidade de famílias assentadas, de 61 mil para 12 mil. "Desde 2002, as ações e investimentos estão mais direcionados na melhora das condições de sustentabilidade para esses agricultores", avalia Carvalho Bueno, da FCA, que vê avanços importantes, principalmente na qualidade das moradias.

Barone aponta a falta de articulação de governos e entidades como obstáculo para que os projetos nessa área tenham continuidade e alcancem melhores resultados. Para Mançano, é necessário ampliar os financiamentos que fortaleçam o modelo de agricultura camponesa de diversificação de culturas e a preservação do meio ambiente. Já Lázaro considera que, mais do que crédito agrícola, o governo deveria aumentar os investimentos em obras de infra-estrutura nos assentamentos, garantindo melhores perspectivas de vida para os agricultores.

Estudantes ressaltam crescimento pessoal

Um dos aspectos mais valorizados da atuação da **Unesp** nos assentamentos é a participação dos alunos bolsistas e voluntários. "A formação da consciência cidadã dos estudantes foi sem dúvida o grande dividendo desses anos de ações de saúde pública para essas populações", avalia João Aristeu da Rosa, docente da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), câmpus de Araraquara, e tutor do Programa de Educação Tutorial (PET).

Durante nove anos, o grupo coordenado pelo docente prestou assistência à saúde em sete assentamentos rurais na região. Nas férias de verão, a equipe promoveu um levantamento socioeconômico, orientou as famílias sobre alimentação, higiene, saúde, qualidade da água consumida e realização de exames médicos. "Levamos o que aprendemos na faculdade e aproveitamos as férias para ajudar alguém", conta a estudante Daisy Fukuda.

Já um grupo de alunos de Zootecnia do câmpus de Dracena participou de um estudo para a melhoria das instalações para gado leiteiro no assentamento próximo à cidade de Paulicéia (SP). "Eles elaboram projetos de construção baratos e eficientes, preocupados com o bem-estar dos animais", conta Juliano Fiorelli, docente e coordenador do projeto. "É uma experiência que proporcionou conhecimento de uma realidade muito distante da nossa", aponta o aluno Thiago Oliveira Lopes.

Em Ilha Solteira, os estudantes também destacam a riqueza da experiência. "Aplicamos o que aprendemos na teoria e, inclusive, o conhecimento que não é transmitido em sala de aula", avalia Diego Lino, aluno de Zootecnia que ministrou cursos sobre nutrição e saúde animal aos assentados. "São ações que permitem aos alunos a oportunidade de conhecer a realidade dos assentamentos rurais e melhorar as condições de vida das famílias", diz Silvia Maria Costa, docente que coordena vários projetos de extensão.

Na FCA, há 15 anos, os estudantes fazem estágios no assentamento Pirituba I, próximo a Itapeva. "Buscamos levar o estudante a ter uma visão crítica e transformadora", aponta Mauro Sérgio Vianello Pinto, um dos coordenadores da iniciativa. "As famílias sofrem com falta de infra-estrutura, porém, me impressionou a interação e o respeito das pessoas com a natureza", observa a estudante Michele Luz.

J.Z.

Divulgação

Há nove onos, olunos de Foculdode de Ciências Formocêuticos, de Araraquaro, prestom ossistência à soúde e reolizom levaritomentos em sete assentomentos

Divulgação

Estudontes da Faculdade de Ciências Agranômicos, de Botucotu, são recebidos na assentomento Piritubo, entranda em moior contoto com o reolidade do compo

Dataluta é referência internacional

Principal banco de dados do Brasil sobre ocupações, movimentos de luta pela terra, assentamentos e estrutura fundiária, o Dataluta é utilizado por instituições públicas, privadas e imprensa, inclusive como referência internacional para pesquisadores interessados na questão agrária do país.

"Além de estabelecer uma rede nacional de informações vinculadas à questão agrária, o Dataluta possibilita intercâmbios de pesquisas com países como Canadá, Estados Unidos, Cuba, Espanha, Bolívia e França", aponta o professor Bernardo Mançano Fernandes, um dos coordenadores da iniciativa.

O Dataluta tem apoio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, Programa Permanente de Divulgação da Ciência na **Unesp**, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e Universidade Federal de Uberlândia.

J.Z.

OCUPAÇÕES (de 1988 a 2007)

- Número de ocupações: em 1988 foram 71 e, em 2007, 532
- Número de famílias em ocupações em 2007 era de 69 mil
- A região Nordeste foi a que registrou mais ocupações, com 37%

ASSENTAMENTOS RURAIS (1979 a 2007)

- Número de assentamentos: 7.840
- Número de famílias assentadas no Brasil: 900 mil
- Com 46% do total, o Nordeste é a região do país que possui o maior número de assentamentos (3.656), enquanto o Sudeste oferece a menor porcentagem, com 9% (704)
- De 2006 a 2007, a implantação de assentamentos caiu quase quatro vezes, de 538 para 146
- O número de famílias assentadas, de 2006 a 2007, caiu de 61 mil para 12 mil.

FONTE: DATALUTA

Suplemento do Jornal unesp

Fórum

Outubro/2008

Vinte anos sob a garantia da Lei

Daniel Patire

No dia 5 de outubro de 1988, foi promulgada a atual Constituição do país. A entrada em vigor desse texto foi fundamental para que os brasileiros ingressassem numa fase de consolidação de sua democracia e de garantia de direitos fundamentais, após o longo período autoritário nascido com o golpe de 1964. Os artigos desta edição discutem o significado das duas décadas da Carta e sua influência sobre os rumos atuais do Brasil. Eles focalizam o fortalecimento do Poder Judiciário no novo contexto legal, além das críticas dos que apontam lacunas ou então um excesso de normas da Constituição, que prejudicariam o desenvolvimento nacional. Também é colocada em questão a ameaça às leis representada por práticas como a quebra de sigilos telefônicos por representantes do Estado.

Apesar das frustrações, houve democratização do Estado

Entrevista com Jefferson Oliveira Goulart — *Página 2*

O Poder Judiciário no texto constitucional

Carlo José Napolitano — *Página 2*

Sigilo das telecomunicações e Estado policial

Luiz Antonio Soares Hentz — *Página 3*

A Constituição dirigente de 1988

Gilberto Bercovici — *Página 4*

ENTREVISTA

JEFFERSON OLIVEIRA GOULART

Apesar das frustrações, houve democratização do Estado

Divulgação

Graduado em História e mestre e doutor em Ciência Política pela USP, onde desenvolve pesquisa de pós-doutorado, Jefferson Oliveira Goulart é professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), câmpus de Bauru, e pesquisador no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). Foi secretário municipal de Cultura e de Planejamento de Piracicaba (SP) e presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Para ele, a Constituição será vista, nos próximos anos, como obstáculo, para alguns, e como guardiã de direitos, para outros. **(Entrevista a Oscar D'Ambrosio)**

Jornal Unesp: *Qual é o grande legado da Constituição de 1988 para a sociedade brasileira?*

Jefferson Oliveira Goulart: O modelo clássico de interpretação da cidadania toma como ponto de partida o estabelecimento de direitos civis, a partir do qual direitos políticos são reconhecidos para, então, ocorrer a generalização de direitos sociais. O percurso brasileiro não reproduz esta seqüência. A crise terminal da ditadura militar expõe o esgotamento de regulações políticas autoritárias. É nesse cenário que ocorre uma confluência de direitos civis, políticos e sociais. A Constituição de 1988 é a celebração normativa da cidadania. A dinâmica do processo constituinte vai muito além da normatização jurídica, porque o universo constitucional não é meramente técnico. É predominantemente político, na medida em que expressa os jogos do poder envolvendo atores institucionais e sociais.

> Tema da reforma agrária não teve desfecho condizente com caráter geral progressista do texto

JU: *Em quais pontos ela contribuiu decisivamente para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil?*

Goulart: Naqueles tempos não havia um projeto político hegemônico, e isso se refletiu nos obstáculos à construção de maiorias e em dificuldades de pactuação política. Temas complexos e polêmicos como a estrutura fundiária e a reforma agrária, por exemplo, não tiveram um desfecho condizente com o caráter geral progressista da nova Constituição. Apesar dessa e de outras frustrações, temos uma significativa democratização do Estado. Já no Artigo 1º é consagrada uma nova concepção em que a soberania popular é admitida inclusive em sua forma direta. O emblemático Artigo 5º abriga extensa relação de direitos individuais e coletivos, e torna a cidadania menos abstrata. De resto, podemos lembrar aspectos fundamentais como a expansão do direito ao voto, as liberdades individuais e de organização e competição partidária.

JU: *Num exercício de futurologia, o que o senhor visualiza para a Constituição brasileira nos próximos 20 anos?*

Goulart: Não foi possível construir um pacto estável e duradouro, problema que remete ao fracionamento político daquele momento e à falta de uma hegemonia clara. No que diz respeito à partilha federativa, houve inegável redefinição de recursos em benefício de Estados e municípios, mas esse cenário mudou nos anos 1990 com políticas de reconcentração (Lei Kandir, majoração de alíquotas de tributos não partilhados e arrocho fiscal); e, se a ordem econômica do texto constitucional manteve um certo perfil autárquico e estatista, também nos anos 1990 as mudanças de inspiração neoliberal produziram um redirecionamento ao mercado. No primeiro caso, não foi necessário alterar o texto constitucional, mas na ordenação econômica, sim. Modificações constitucionais implicam altos custos políticos, como indica a exigência de aprovação de 3/5 dos congressistas, 2 vezes na Câmara e outras 2 no Senado. Para alguns segmentos mais conservadores, sempre estará em pauta a tentativa de desfazer conquistas constitucionalizadas. E o raciocínio inverso também é verdadeiro. Enfim, não há como prever o que pode acontecer no próximo período, mas é razoável admitir um cenário em que, de um lado, a Constituição será vista como obstáculo, e, de outro, como guardiã de direitos.

O Poder Judiciário no texto constitucional

CARLO JOSÉ NAPOLITANO

Promulgada em de 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal pode ser considerada um marco histórico para o Judiciário brasileiro e, em especial, para o Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula desse Poder. Em toda a história constitucional brasileira o Judiciário foi tratado como um Poder menor, se comparado com os demais.

Uma constituição pode ser compreendida como sendo um documento jurídico fundamental e inaugural de um Estado. (...) O Brasil, desde a Independência, passou por sete modelos constitucionais.

> Poder ganha autonomia funcional, administrativa, financeira, com respeito a garantias da magistratura

Contudo, antes mesmo da nossa primeira constituição, já tinha um poder Judiciário. Na Colônia, o país já possuía a sua justiça, porém subordinada à metrópole. (...) No período colonial, também não era considerado um poder independente, tal como concebido atualmente, era apenas uma função administrativa exercida pelo Estado.

Com a transferência da corte em 1808, veio toda a estrutura do Judiciário, operando aqui nos moldes portugueses. (...) Apesar disso, o Judiciário brasileiro permaneceu dependente do de Portugal até a Independência, em 1822, ocasião em que o País definiu sua forma de organização.

Em 1824, foi outorgada por D. Pedro I a primeira Constituição Brasileira, com nítida influência das idéias políticas e constitucionais francesas. Essa iniciativa atribuiu ao Judiciário o status de Poder ao lado do Executivo, do Legislativo e do Poder Moderador do Imperador, que podia livremente nomear, suspender e transferir os juízes.

Após a Constituição de 1824, o órgão máximo da justiça brasileira passou a ser denominado Supremo Tribunal de Justiça. (...) Não havia a divisão em Poder Judiciário Federal e Estadual, até mesmo porque a organização territorial era unitária.

Após a Proclamação da República, o Brasil muda seu paradigma constitucional virando os olhos para os EUA. Dos norte-americanos copia, então, o sistema federativo, o presidencialismo e a organização dos Poderes na forma tripartite.

A Constituição Republicana de 1891 é uma cópia da constituição estadunidense. Muda-se o nome do órgão de cúpula do Judiciário para Supremo Tribunal Federal, denominação que permanece até hoje, exceto durante a vigência da Constituição de 1934, quando foi chamada Corte Suprema. Com a federalização, cria-se a dualidade da justiça brasileira, com as justiças estaduais e a federal.

Mesmo sendo considerado um Poder da República, o Judiciário não era de fato independente. Somente em 1926, por meio de uma reforma constitucional, é que foram garantidos aos juízes os direitos à inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade dos vencimentos.

Com a Constituição de 1934, foram criadas as justiças Militar, Eleitoral e do Trabalho. Exige-se, a partir de então, o concurso para ingresso na magistratura, antes provido por indicação do Executivo.

Com o Estado Novo, o Judiciário sofre um sensível abalo. Durante esse período, Vargas anulou decisão do Supremo e nomeou o presidente do STF. Portanto, havia absoluta subordinação ao Poder Executivo.

A Constituição de 1946 volta a dar importância ao Judiciário, retomando a justiça federal, através dos Tribunais Federais de Recursos. Em 1967 restaura-se integralmente a justiça federal. Porém, em razão do estado de exceção, o STF novamente sofre intervenção. O Poder Executivo passa a demitir, remover e aposentar compulsoriamente magistrados. Além disso, não havia de fato independência, pois o Judiciário não tinha autonomia financeira.

A guinada do Judiciário como um verdadeiro Poder da República pode ser datada com a Constituição de 1988. O Brasil passa, então, a ter efetivamente um Judiciário independente, com autonomia funcional, administrativa, financeira e com as garantias da magistratura respeitadas.

Essa virada pode ser mais percebida no STF, que foi elevado a guardião do texto constitucional, bem como foi municiado de amplas garantias institucionais. Esse fato pode ser constatado quando recentes decisões do STF contrariaram interesses do Executivo e do Legislativo. Os casos mensalão, fidelidade partidária, regulamentação do uso de algemas e da decisão sobre as pesquisas com células-tronco colocaram o Supremo na centralidade das discussões políticas.

Carlo José Napolitano é doutorando em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras, câmpus de Araraquara, e professor substituto na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, câmpus de Bauru.

A íntegra deste artigo está no "Debate acadêmico", no *Portal Unesp*, no endereço http://www.unesp.br/aci/debate/constituicao_1988.php

Daniel Patire

Sigilo das telecomunicações e Estado policial

LUIZ ANTONIO SOARES HENTZ

Uma Constituição traz consigo a possibilidade de mudança do conteúdo material de seus dispositivos a todo tempo, salvo, em tese, o núcleo intangível das chamadas cláusulas pétreas. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada na França em 1793, diz, no art. 28, que "um povo tem, sempre, o direito de rever, reformar e de mudar sua constituição". (...) Por isso, 62 Emendas Constitucionais e Emendas Constitucionais de Revisão, nesses 20 anos, ajustaram o texto promulgado em 5/10/1988 aos reclamos reformadores do próprio Estado.

> Espera-se respeito a direitos individuais e segurança jurídica dos preceitos de proteção do cidadão

É fato que, nos 20 anos de sua vigência, a atual Constituição da República Federativa do Brasil cumpriu seu papel jurídico de organizar as funções políticas, administrativas, tributárias, financeiras, econômicas, sociais etc. do Estado brasileiro, além de ser a cartilha oficial dos direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos. (...)

Os direitos e garantias individuais e coletivos, registrados em mais de cem comandos nos 77 incisos do art. 5º da Constituição, não cederam ao apelo reformador, eis que grafados como cláusulas pétreas, impossíveis de serem abolidas por emenda constitucional (art. 60, § 4º, IV). (...) Embora os preceitos em questão não dependam de regulamentação por terem aplicação imediata, leis regulamentadoras foram editadas, por propostas do Poder Executivo, e de uma forma ou de outra favorecem interpretações, se não condizentes com o espírito do legislador constituinte, pelo menos mais flexíveis e amoldáveis aos interesses políticos momentâneos. Esse é o sentido da Lei n. 9.296/1996, que regulamenta a interceptação de comunicações telefônicas e cuja edição está prevista no inciso XII do art. 5º, que trata precisamente da inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações, entre elas a telefônica.

O próprio dispositivo constitucional abre o sigilo para fins de investigação criminal e instrução processual penal, porém mediante prévia análise de órgão do Poder Judiciário, que expedirá ordem específica e direta destinada à manutenção da segurança pública e que assegure a punição dos criminosos. (...) Mesmo nos EUA existe essa válvula de escape ao direito à intimidade, mas limitada às investigações de interesse nacional (nos casos de combate ao terrorismo e contra criminosos ligados à máfia e outros crimes excepcionalmente graves). (...)

A Lei 9.296/1996 definiu como crime fazer-se interceptação de comunicações telefônicas e similares sem a devida autorização ou com objetivos não autorizados por lei. Pena: 2 a 4 anos de reclusão e multa. A quebra do sigilo das conversas interceptadas recai na mesma punição. A autorização não será concedida pelo juiz se não houver indícios razoáveis da autoria do investigado na prática de crime, bem como se a prova puder ser feita por outros meios. Com o fantástico avanço das telecomunicações no Brasil na última década (...) a investigação policial mediante interceptação dos diálogos se tornou uma perigosa praxe.

Um bloqueio autorizado pode resultar na gravação de centenas de conversas diárias com dezenas de pessoas diferentes. E mais bloqueios são realizados, para seguir as ramificações dos diálogos, o que acabou por resultar, comprovadamente com dados das empresas de serviços de telefonia, em mais de 400 mil linhas com o sigilo quebrado durante o ano de 2007.

Constata-se que a garantia do sigilo das comunicações foi por água abaixo, gerando uma crise de confiança nos órgãos policiais e investigativos do governo, os únicos que obtêm autorizações judiciais para escutas telefônicas. (...) E muitas vezes revelam-se os diálogos à imprensa, expondo a intimidade e a vida privada de cidadãos presumidamente inocentes até condenação definitiva (de acordo com a própria Constituição: art. 5º, LVII).

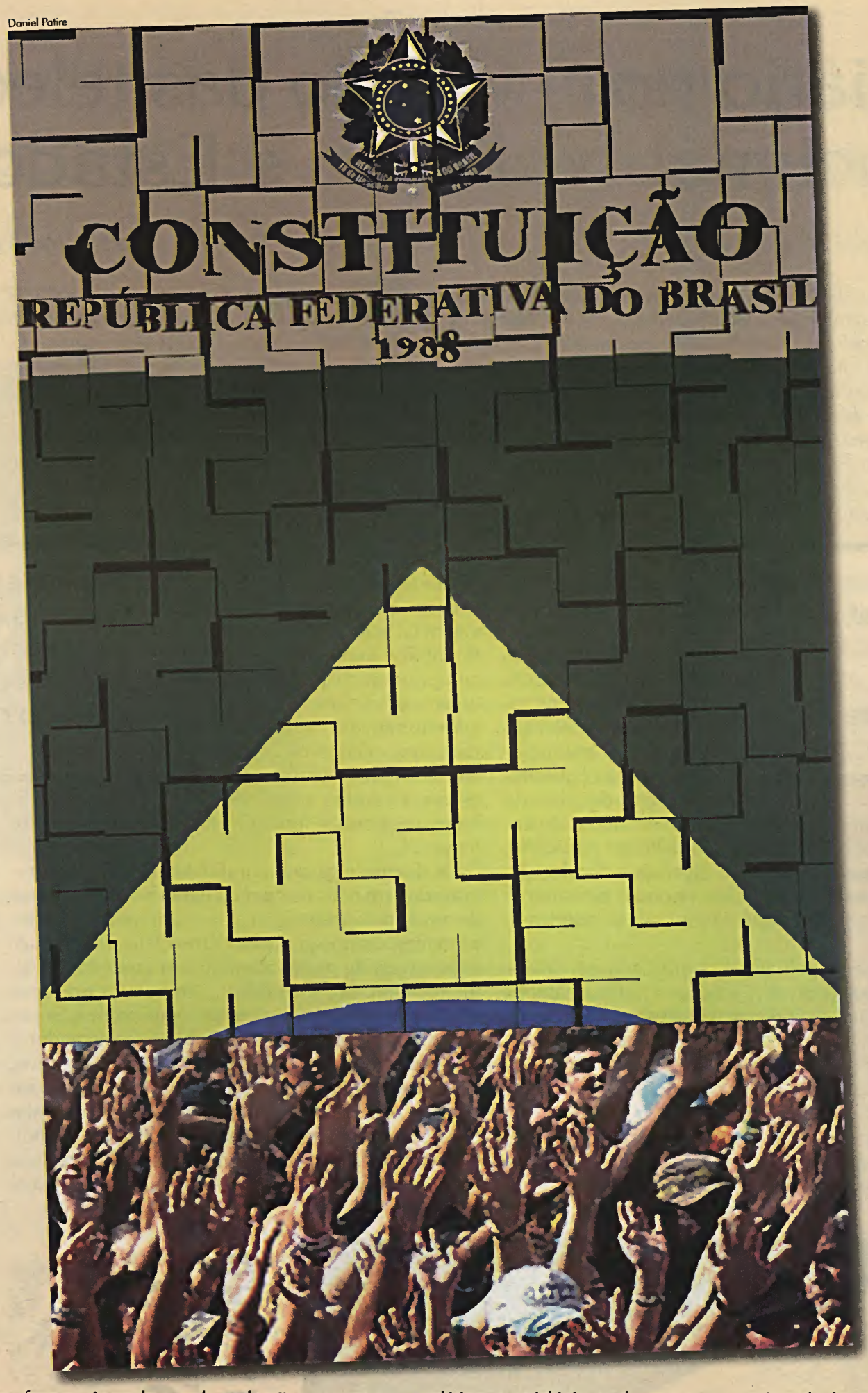
Importa-nos registrar que uma regra ou princípio constitucional deve ser inquebrantável. Qualquer concessão feita aó Estado Policial implica na descrença à própria Constituição. Espera-se o fim desse capítulo da vida nacional para que os próximos 20 anos da Constituição Federal sejam de efetivo respeito aos direitos individuais e de indiscutível segurança jurídica dos preceitos de proteção do cidadão contra os abusos do Estado.

Luiz Antonio Soares Hentz é professor adjunto da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, do câmpus de Franca.

A íntegra deste artigo está no "Debate acadêmico", no *Portal Unesp*, no endereço http://www.unesp.br/aci/debate/hentz_sigilo.php

A Constituição dirigente de 1988

GILBERTO BERCOVICI



Após a promulgação da Constituição de 1988, um dos grandes debates constitucionais gira em torno da concepção de constituição dirigente, introduzida no Brasil a partir da obra *Constituição dirigente e vinculação do legislador* (1982), do constitucionalista português José Joaquim Gomes Canotilho. Para ele, a constituição dirigente busca racionalizar a política, incorporando uma dimensão de legitimidade material pelos fins e tarefas previstos no texto constitucional. A constituição, assim, não é só garantia do existente, mas também um programa para o futuro. Esta dimensão transformadora é ressaltada por todas as versões de constituição dirigente. Seja a constituição dirigente "revolucionária", como a portuguesa de 1976, em cuja versão original havia a consagração da transição ao socialismo como um dos objetivos da República. Seja a constituição dirigente "reformista", como a espanhola de 1978 e a brasileira de 1988, que, embora não proponham a transição para o socialismo, determinam um programa vasto de políticas públicas inclusivas e distributivas.

Os críticos vão encontrar na constituição dirigente as "normas programáticas", noção desenvolvida de maneira mais aprofundada a partir do debate sobre a Constituição da Itália de 1947. A concepção de norma programática teve enorme importância, ao afirmar que os dispositivos sociais da constituição eram também normas jurídicas, portanto, poderiam ser aplicados pelos tribunais. Estas idéias tiveram repercussão e sucesso no Brasil, mas norma programática passou a ser sinônimo de norma que não tem qualquer valor concreto. Toda norma incômoda passou a ser "programática", bloqueando, na prática, a efetividade constitucional.

Outra crítica feita à constituição dirigente diz respeito à acusação de que a constituição dirigente substitui o processo de decisão política pelas imposições constitucionais, sendo responsável, inclusive, pela "ingovernabilidade". O curioso é que são apenas os dispositivos relativos a políticas públicas e direitos sociais que "engessam" a política, retirando a liberdade de atuação do legislador. E estes mesmos críticos são os grandes defensores das políticas de estabilização e de supremacia do orçamento monetário sobre as despesas sociais. Não houve qualquer manifestação de que se estava "amarrando" os futuros governos a uma única política possível, sem alternativa, com a imposição, inclusive pela via da reforma constitucional, das políticas ortodoxas de ajuste fiscal e de liberalização da economia. Ou seja, a constituição dirigente das políticas públicas e dos direitos sociais é entendida como causadora última das crises econômicas e do déficit público. A constituição dirigente invertida, isto é, a constituição dirigente das políticas de ajuste fiscal é vista como algo positivo para a credibilidade e a confiança do país junto ao sistema financeiro internacional.

> Teoria constitucional faz sentido como projeto que inclui tarefas para superar subdesenvolvimento

Para resistir às críticas e tentativas de desfiguração da Constituição de 1988 é necessário sair do instrumentalismo constitucional a que fomos jogados pela adoção exageradamente acrítica da Teoria da Constituição Dirigente, que parece dar a impressão de que a constituição, por si só, resolve todos os problemas. O risco do afastamento da constituição em relação ao Estado e à política, com a hegemonia cada vez maior dos tribunais constitucionais e de uma teoria constitucional sem preocupações com o Estado, é o do abandono, pela política democrática e partidária, da esfera da constituição. Afinal, a constituição se liberta da política, mas a política também acaba se desvinculando dos fins e tarefas previstos no texto constitucional. Ou seja, ao constitucionalizar tudo, tornando o tribunal constitucional o grande ator da concretização e da interpretação do texto constitucional, o risco é de que isto represente, como reação, a constitucionalização do nada, com a atividade político-partidária cada vez menos vinculada, na prática, às determinações constitucionais.

Diante deste quadro, qual é ainda o sentido de se falar em constituição dirigente? Se representar a pretensão de constitucionalizar tudo, a constituição dirigente não faz sentido. Acaba se tornando uma teoria constitucional esvaziada da política e do Estado, portanto, estéril. No entanto, ela faz sentido como projeto emancipatório, que inclui expressamente no texto constitucional as tarefas que o povo brasileiro entende como absolutamente necessárias para a superação do subdesenvolvimento, e que não foram concluídas. Enquanto projeto nacional e como denúncia desta não realização dos anseios da soberania popular no Brasil, ainda faz sentido falar em constituição dirigente.

Gilberto Bercovici é professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

A íntegra deste artigo está no "Debate acadêmico", no *Portal Unesp*, no endereço http://www.unesp.br/aci/debate/constituicao_bercovici.php

GRADUAÇÃO

Sistema criará banco de dados on-line

Sisgrad terá informações sobre cursos, matrículas, docentes e recursos didáticos de câmpus

Já implantado nas unidades de São Vicente e Tupã, o Sistema Acadêmico de Graduação (Sisgrad) vai permitir a criação de um banco de dados on-line com informações sobre cursos, matrículas, histórico escolar, docentes, instalações físicas e recursos didáticos das Unidades.

Para o docente Klaus Schlünzen Junior, assessor da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela iniciativa, o desafio inicial é a alimentação do banco de dados. "A partir desse momento, a própria rotina acadêmica fará com que se mantenha atualizado", diz.

Com o Sisgrad, os alunos farão suas matrículas e consultas acadêmicas pela Internet, e os docentes poderão publicar notas e ementas. Para Schlünzen, o banco de dados vai facilitar o trabalho da Secretaria Geral, responsável pela manutenção atualizada dos currículos, e também dos órgãos públicos encarregados das avaliações das Instituições de Ensino Superior.

Algumas Unidades Universitárias já desenvolveram seus próprios sistemas. A adesão ao Sisgrad é opcional, porém, elas terão de transportar as informações locais para o banco de dados central. Estão em processo de adequação ao Sisgrad: Instituto de Artes (IA); Instituto de Química (IQ); Faculdade de Odontologia (FO), de São José dos Campos; Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC); e Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ).

O *Manual do Usuário do Sisgrad* está no endereço http://java2.unesp.br/graduacao/ManualGraduacao-V01.pdf **Julio Zanella**

Eliana Assumpção

Novidade já foi implantada em Tupã (*foto*) e São Vicente

CONVÊNIO

Instituto Confúcio vai funcionar em São Paulo

No dia 24 de julho, na Reitoria, o reitor Marcos Macari e o embaixador da República Popular da China no Brasil, Chen Duqing, assinaram convênio para a instalação, em São Paulo, do Instituto Confúcio da Unesp (Icunesp). O Instituto, que funcionará na Praça da Sé, 108, formará professores de mandarim para o ensino fundamental, médio e superior, patrocinará atividades acadêmicas, culturais e competições chinesas, e prestará consultoria a quem pretende estudar na China.

"A **Unesp** cede o espaço, a estrutura e a administração. A China enviará os professores e um diretor", afirma Luis Antonio Paulino, responsável pelo projeto junto ao governo chinês, ao lado de Marcos Cordeiro Pires. Ambos são professores do curso de Relações Internacionais, câmpus de Marília.

Daniel Patire

O embaixador Chen Duqing e Macari assinam convênio

EDUCAÇÃO

Palma é eleito vice-presidente de Conselho Estadual

Daniel Patire

João Cardoso Palma Filho (*foto*), docente do Instituto de Artes (IA), câmpus de São Paulo, foi eleito vice-presidente do CEE (Conselho Estadual de Educação). A votação ocorreu em 6 de agosto, na Secretaria Estadual de Educação, em São Paulo (SP). A escolha foi realizada pelos 24 novos conselheiros reconduzidos e empossados no colegiado.

Entre as propostas de trabalho, o ex-diretor do IA destaca a necessidade de avançar o processo de informatização do CEE e alterar a composição das Câmeras de Educação Superior e Educação Básica da entidade, dispondo quinze conselheiros para a primeira e oito para a segunda. Além de Palma, o ex-reitor da **Unesp** Artur Roquete de Macedo foi empossado no colegiado, no cargo de conselheiro.

LEITURA DINÂMICA

ADOÇÃO

O Grupo de Estudos, Pesquisos e Clínica em Adoção (Gepco) promoveu, em setembro, no Foculdode de Ciências e Letras (FCL), cômpus de Assis, o III Ciclo de Debotes sobre Adoção. A iniciativo procurou abordor questões que visam esclorecer e desmistificor os ossuntos ligados ao tema, objetivondo, ossim, desconstruir as precanceitas relacionados o esso prática. Foram exibidas filmes que facalizom o ossunto, cama *Sem reservas, A voz do coração, Destino de uma vida* e *Laços do destino*. Informoções: locosdeamor@grupos.com.br (**Emanuel Ângelo Nascimento**, bolsisto **Unesp**/Universia/FCL/Assis)

PSICOLOGIA SOCIAL

Seró reolizodo, no câmpus de Bauru, entre os dios 16 e 18 de outubro, o IX Encontro Regionol Sõo Paulo do Assaciaçõa Brasileiro de Psicolagio Social (Abrapsa), sab a tema "Balança de uma luto! História e devir". Fundodo em 1980, o Abropso é uma associoção que procuro questionar continuomente o produção trodicionol na Psicologio Social e produzir conhecimentos voltados poro o onólise crítico do sociedade, visondo ò tronsformação da mesmo. Informoções: www.obropso.arg.br (**Sária Cristina Bogueira**, bolsista **Unesp**/Universia/FC/Bauru)

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Entre 10 e 12 de novembro, seró promovido no Foculdode de Engenharia (FE), cômpus de Bouru, o XV Simpósio de Engenhorio de Produção, com o temo "Sistemas de informação e gestõo do conhecimento". Direcionodo o estudontes, profissianais e interessodos na órea do Engenhorio de Produção, o encontro registrou este ono 1.981 ortigos inscritos. A coordenoção do evento é do docente Fernando Bernordi de Souza, sendo vice-coordenador o professor Rodolfo Florence Teixeira Junior. (**Aline Patrícia Machado**, bolsista **Unesp**/Universia/FE/Bauru)

CURSINHO

O Cursinho Alternotivo do Câmpus do Unesp de Ourinhas (Cocuo) divulgou o lista das alunas aprovodos em vestibulares de universidades públicos nos concursos de meia de ano. Os destaques sõa as vestibulandas Ricarda Guicho, primeiro lugar no curso de Logístico pora o Agronegócio, no Fotec de Ourinhos; e Corolino Queiroz Fober, primeiro oluno do cursinho o possar no Unesp de Ourinhos (no curso de Geografia). Aa tado, houve três oprovações na Fatec, uma na Unesp e sete na Uenp (Universidade Estoduol do Norte do Poraná). (**Rafael Furlan**, bolsista **Unesp**/Universio/Ourinhos)

ODONTOLOGIA

Forom realizodas, de 20 o 23 de ogosto, no Foculdode de Odontologio (FO) do câmpus de Araraquara, a 62ª Jornoda Odontológico e o 22º Jornoda Acadêmico Professor Dr. Roberto Borbeiro. Os eventos foram presididos pelo docente Mório Tonomoru Filho e pela ocodêmica Juliana Isabelito Cyrino Pessoa. Cerca de 600 pessoos participaram das eventos. Dois dos destaques deste ono foram o curso de Anestesio, apresentada pela docente Eduardo Andrade, e o 1º Encontro de Cirurgia Ortognótica de Aroroquoro. (**Ana Elisa Plácido Moya**, bolsisto **Unesp**/Universio/FO/Aroroquoro)

MERCADO DE TRABALHO

No dia 20 de ogosto, o Empreender Jr. Consultorio Empresorial e Agronegócias, empresa júnior do **Unesp** de Tupã, promoveu entre associados e olunos do curso de Administroção do unidode umo visito oo 18º Workshop Integrativo Poli Júnior, realizado na Escola Politécnica do USP, em São Poulo. O evento é a maior feira de recrutomento do Estado de São Poulo e oferece um espaço em que empresos multinacionois e líderes de diferentes segmentos de mercado expõem seus programas de estógio e troinee paro os olunos de diversas faculdodes. (**Ana Eliza Pimenta Moreira**, balsista **Unesp**/Universia/Tupã)

MATEMÁTICA

O Departomento de Motemática, Estotístico e Computação (Dmec) do Faculdade de Ciências e Tecnologio (FCT), cômpus de Presidente Prudente, promoveu, em agasta, o III Simpósio de Matemática. Este ana, em que o curso de Motemático completo 45 onos, forom reolizodos minicursos, oficinas, polestros, pôsteres e camunicoções orais. Hauve tombém canferências envolvendo as áreas de Motemática Aplicado e Computacional, Matemática Puro e Educoção Matemático. Informoções: http://www4.fct.unesp.br/dmec/smat2008/ (**Thaiani da Silva Jesuíno**, bolsista **Unesp**/Universio/FCT/Presidente Prudente)

LIDERANÇA

A All Pharma Júnior – Consultaria Formocêutica, empresa júnior da Foculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), câmpus de Araraquara, realizou, em agasto, treinamenta sobre liderança poro seus diretores. "A iniciativa foi feita poro copacitar os membros do diretoria ontes de entrorem no mercodo e se depororem com os difíceis situações que ele envolve", disse Flóvia Cristino de Almeida, oluno do quinta ano e diretara-presidente da All Pharma Júnior. (**José André Ferreira de Castro**, bolsisto **Unesp**/Universio/FCF/Aroroquara)

COMUNICAÇÃO

Grupo de Bauru faz debate com candidatos a prefeito

Núcleo que promove sondagens e reflexões sobre opinião pública já publicou três livros

Divulgação

As atividades da Núclea reúnem alunas de Relações Públicas, Jarnalisma, Infarmática e Design e resultaram em trabalhas cama *Opinião pública e imagem*, a mais recente produção lançada pela equipe

Cinco candidatos a prefeito de Bauru expuseram suas propostas de gestão, no dia 22 de setembro, em debate no auditório Guilherme Ferraz, no câmpus da **Unesp**. O evento foi promovido pelo Núcleo Opinião Unesp, grupo de estudos da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac).

Durante duas horas e meia, Caio Coube (PSDB), Rodrigo Agostinho (PMDB), Clodoaldo Gazzetta (PV), Márcia Camargo (PSOL) e José Leme (PHS) responderam às questões da platéia. A candidata Rosa Izzo (PDT) não compareceu ao debate, transmitido ao vivo pela Rádio Unesp. O primeiro turno das eleições municipais ocorreu no dia 5 de outubro.

"O debate serviu ao nosso objetivo de aprimorar a prática democrática", disse Célia Maria Retz Godoy dos Santos, coordenadora do Núcleo e professora do Departamento de Comunicação Social. A equipe também promoveu sondagens de intenção de votos nas eleições para a Reitoria da **Unesp** e para a direção da Faac, ambas realizadas em outubro.

O Projeto – Criado em 2002, o Núcleo tem o intuito de ampliar a integração entre pesquisadores e acadêmicos, organizações e institutos de pesquisa, visando à produção de conhecimento e práticas sobre pesquisas de opinião pública. Entre suas atividades estão sondagens de caráter social em Unidades Básicas de Saúde e levantamentos da imagem da cidade em parceria com associações de classe e de bairros e a Polícia Militar.

As pesquisas são publicadas nos livros da coleção "Opinião Unesp", editada pela Faac, que já reúne três volumes. O terceiro volume, *Opinião pública e imagem* foi lançado durante o Congresso da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), em setembro, em Natal (RN).

O primeiro livro, *Opinião pública e as relações (im) possíveis*, trata das interfaces da opinião pública com a comunicação. *Opinião pública e marketing político*, o segundo, inclui pesquisas sobre eleições e a credibilidade desses levantamentos.

O Núcleo possui um Conselho Consultivo, composto pelos professores Célia Maria, Luiz Augusto Teixeira e Terezinha de Jesus Boteon. Neste ano, o grupo recebeu o apoio institucional do Programa Permanente de Divulgação da Ciência na Unesp, que fornece duas bolsas para estudantes. Segundo a coordenadora, além dos bolsistas, o programa reúne outros alunos colaboradores dos cursos de Relações Públicas, Jornalismo, Informática e Design.

Daniel Patire

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Site apresenta pesquisa nacional

A Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), câmpus de Bauru, lançou o site Toque da ciência, com pequenos programas de rádio sobre temas relacionados à área científica. O objetivo é divulgar a produção nacional, com a distribuição dos programas para as rádios que desejarem reproduzi-los.

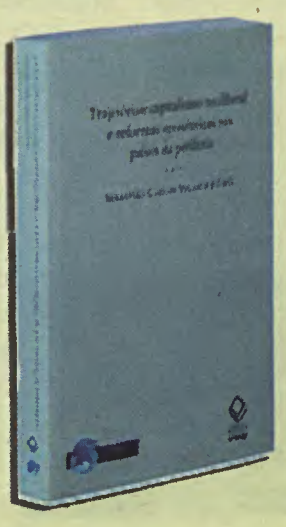
A iniciativa do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã (Lecotec) da Faac foi divulgada durante o 1º Seminário Lecotec de Comunicação Científica, ocorrido em agosto. De acordo com Juliano Maurício de Carvalho, coordenador do projeto, na estréia do site já havia um acervo de mais de 100 programas. "O Toque da Ciência procura fazer pequenas inserções de ciência no cotidiano do brasileiro", afirma.

Cada programa tem cerca de um minuto e meio de duração. Em linguagem acessível, traz o relato do processo de pesquisa pelo próprio autor. O projeto conta com financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex) e do Programa Permanente de Divulgação da Ciência na Unesp.

O site pode ser acessado no endereço http://www.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/projetos/toque/oprojeto.php

LIVROS

Obra é finalista do Prêmio Jabuti



O livro *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*, de Sebastião Carlos Velasco e Cruz, lançado pela Fundação Editora Unesp, foi indicado como um dos dez finalistas do Prêmio Jabuti na categoria Economia, Administração e Negócios. Velasco e Cruz é professor titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp e docente do Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, promovido por **Unesp**, Unicamp e PUC-SP.

O livro é uma versão ligeiramente modificada do volume que abre o relatório final do Projeto Temático Reestruturação Econômica Mundial e Reformas Liberalizantes nos Países em Desenvolvimento, realizado entre 2003 e 2007, com apoio da Fapesp. Formulada inicialmente como um programa pessoal de trabalho de longo prazo, a obra estuda as experiências de reforma econômica nos países periféricos como aspectos do processo abrangente de reestruturação da economia mundial.

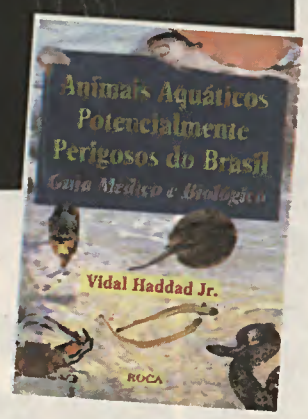
Autor de numerosos trabalhos sobre economia e política no Brasil contemporâneo e sobre relações internacionais, Velasco e Cruz escreveu também Globalização, democracia e ordem internacional. Ensaios de teoria e história (Editora Unesp e Editora da Unicamp, 2004).

MEDICINA

Riscos de animais aquáticos

Vidal Haddad Junior

Nesta publicação, o dermatologista Vidal Haddad Jr., docente da Faculdade de Medicina (FM), câmpus de Botucatu, reúne dados estatísticos sobre acidentes provocados por animais marinhos e fluviais, além de informações acerca de primeiros socorros. Segundo o autor, são poucos os estudos que abordam problemas provocados por animais aquáticos. Ao contrário do que ocorre quando o assunto envolve bichos peçonhentos. "Os índices de morbidade e mortalidade de acidentes provocados por serpentes, escorpiões e aranhas se reduzem a cada ano em nosso País devido à eficiente identificação de acidentes e distribuição de antivenenos", diz Haddad Jr., que também é colaborador do Hospital Vital Brazil do Instituto Butantan (SP).



Animais aquáticos potencialmente perigosos do Brasil: guia médico e biológico – Vidal Haddad Jr.; 2ª edição ampliada; Editora Roca; 288 páginas; R$ 135. Informações: (11) 3331-4478; www.editararoca.com.br

Distribuição das armas, Diego Rivera

HISTÓRIA

Política na América Latina

Foi lançado o número 70 da publicação *Ayer*, revista da Associação de História Contemporânea da Espanha, a mais importante da área no país e uma das mais prestigiosas da Europa. O dossiê desta edição, sobre o tema Política e Culturas Políticas na América Latina, foi organizado por Nuria Tabanera, do Departamento de História Contemporânea da Universidade de Valência, Espanha, e por Alberto Aggio, docente da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, câmpus de Franca. "Essa parceria provém do convênio de mais de dez anos entre as duas instituições, sendo que Nuria participou da I Edição da Universidade de Verão da Unesp em São Vicente, em janeiro de 2004", conta Aggio, que também colabora com a publicação, com um ensaio sobre o radicalismo político chileno. "Exemplares desta edição e das anteriores podem ser encontrados na nossa biblioteca em Franca", complementa.

Revista Ayer – Asociación de Historia Contemporánea e Marcial Pons, Ediciones de Historia, S.A.; número 70. Informações: www.ahiscan.org; www.marcialpons.es; revistaayer@ahiscan.org

Reprodução

PATRIMÔNIO

Estímulo à preservação

Desenvolvida pelo Grupo de Trabalho (GT) Patrimônio Histórico e Arquitetônico, composto por engenheiros e arquitetos, essa cartilha é uma iniciativa do Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo). O grupo é coordenado pelo docente Nilson Ghirardello, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), câmpus de Bauru. As cerca de 70 questões que compõem a publicação baseiam-se em pesquisas em sites de instituições e sugestões dos profissionais do GT. "O objetivo do trabalho é estimular a preservação de prédios históricos", afirma Ghirardello. Direcionada a estudantes, instituições de ensino, representantes municipais e comunidades, a cartilha será distribuída em escolas, ONGs, universidades e prefeituras de várias cidades do Estado de São Paulo.

Patrimônio histórica: como e por que preservar – Grupo de Trabalho Patrimônio Histórica e Arquitetônica – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo; 34 páginas. Informações:creasp@crea.com.br e antonete.sousa3957@creasp.org.br

AGRONOMIA

Para cultivar a gérbera

Formado em 2006 pela Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA), câmpus de Botucatu, o engenheiro agrônomo Tarcísio Hulshof desenvolve trabalhos científicos na área de nutrição e pós-colheita da gérbera, além de ter sido produtor por sete anos na região de Holambra (SP). O foco da obra é a adubação e o equilíbrio nutricional. "Trato dos principais elementos de nutrição mineral, a importância e função de cada elemento, a interação química entre eles, as deficiências e excessos, a relação com pragas e doenças e também prevenção e correção das desordens", explica Hulshof. A gérbera pode ser cultivada em diversos climas e se adapta bem em qualquer região. No Brasil, tem sido amplamente cultivada na região de Holambra e Mogi das Cruzes, em São Paulo.

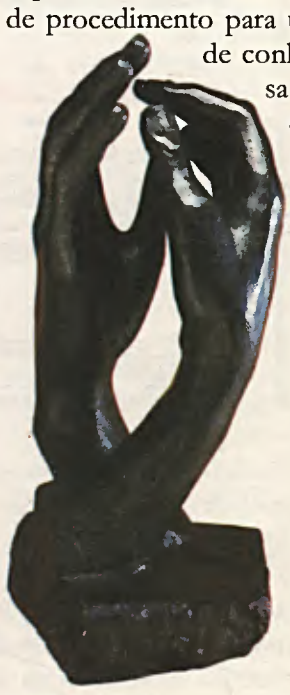
Clara Miti Izumisawa

Gérberas: sobre os desordens nutricionais e o adubação no cultuno do gérbero de corte: monual do produtor – Tarcísia Hulshaf; Editara Setembra; 48 páginas; R$ 13; www.editarasetembra.cam.br; editar@setembra.cam.br

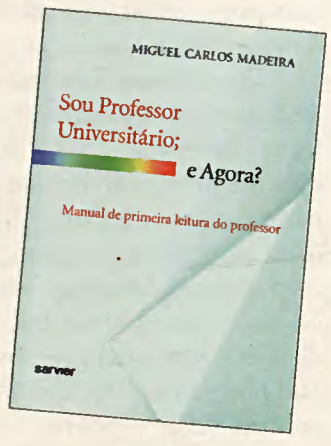
ENSINO

Tarefas do professor

Para orientar o docente universitário das áreas da Saúde, Biológicas e Exatas em seu cotidiano pedagógico, Miguel Carlos Madeira, professor aposentado da Faculdade de Odontologia (FO), câmpus de Araçatuba, lançou este livro. "Apresento sugestões e idéias essencialmente práticas, como é a tarefa do professor", afirma o autor. A iniciativa de escrever a obra surgiu após a constatação de que o docente em início de carreira busca uma literatura pedagógica e objetiva voltada para o ensino superior. "Por isso, o livro toma a feição de um manual de procedimento para um especialista em seu campo de conhecimento que, de súbito, passa a exercer a docência, sem que domine a área pedagógica", explica. "Os cursos de graduação priorizam a ciência e não prevêem, em seus projetos pedagógicos, disciplinas sobre prática de ensino."



A catedral, Auguste Rodin



Sou professor universitório, e agoro? – Miguel Carlas Madeira; Editara Sarvier; 168 páginas; R$ 34. Infarmações: sarvier@ual.cam.br

HISTÓRIA

A saga dos camponeses no Brasil

Coleção analisa formação e reações do campesinato frente ao poder econômico e político

OSCAR D'AMBROSIO

Fotos Daniel Patire

Mois de duzentas agricultores marcaram presença na lançamenta da caleção, umo iniciativa da Editoro Unesp e da Ministério do Desenvalvimento Agrário

Organizadores dos obras participoram da eventa, no 20.º Bienal Internacional da Livro

Realizado em 15 de agosto, durante a 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, o lançamento dos dois primeiros volumes da coleção História Social do Campesinato no Brasil reuniu mais de 200 agricultores de todo o país.

Esse encontro foi um ótimo indicativo da importância da publicação, uma iniciativa da Editora Unesp e do Nead (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para dar visibilidade à importância do campesinato na produção de alimentos e proteção do ambiente.

A coleção será composta por cinco tomos, de dois volumes cada, totalizando dez livros. Além dos dois títulos lançados na Bienal, mais três poderão ser editados até o final de 2008. As demais publicações devem ser lançadas em 2009. Os livros têm como objetivo trazer também à tona discussões sobre a concentração fundiária do País.

Condição camponesa – *Formas tuteladas de condição camponesa*, primeiro volume do tomo *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, foi organizado por Delma Pessanha Neves, professora da UFF (Universidade Federal Fluminense), e Maria Aparecida de Moraes Silva, professora livre-docente da **Unesp**.

Os autores dos dez textos do volume demonstram a importância e a diversidade de condições de integração da força de trabalho, principalmente da constituição do campesinato. Os estudos mostram como a qualificação sociológica das formas de dominação, sustentadas em mecanismos de repressão da força de trabalho pela gestão do acesso ao controle dos meios de produção, tornou possível a existência de formas camponesas dependentes ou tuteladas.

Os textos constatam como a produção fundamentada no trabalho familiar tem sido sustentáculo da reprodução das condições de dominação em que se estruturam sistemas de concentração de poder econômico e político na sociedade brasileira. Os camponeses agiriam politicamente em busca da integração sob relativa autonomia, resistindo a formas inaceitáveis de subjugação para assegurar a subsistência, infelizmente nem sempre segundo padrões culturais dignos.

Os textos contribuem para o reconhecimento e a caracterização de formas de imobilização da força de trabalho que, na vigência da estratégia de dominação instituída na *plantation* ou no sistema de fazendas agroextrativistas e exportadoras, levam à reprodução de condições camponesas de existência tuteladas.

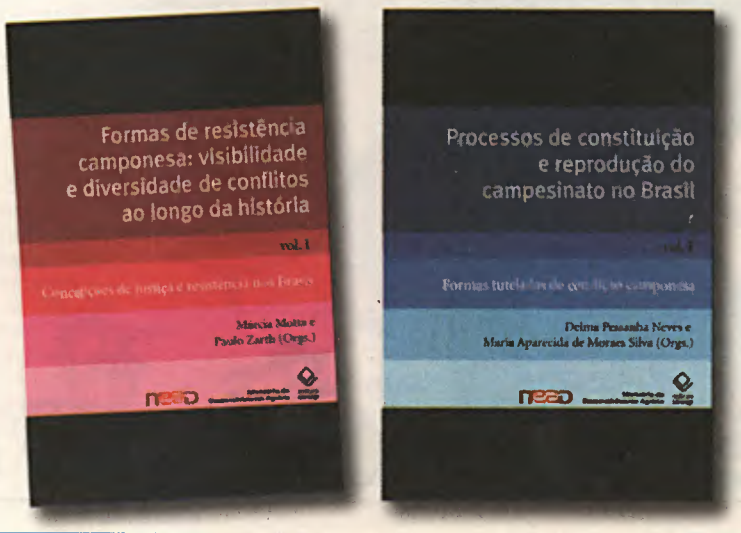
São abarcadas várias situações no tempo e no espaço de produção mercantil, que se constituem pela complementar incorporação do trabalho familiar, como as fazendas de cana-de-açúcar no Nordeste e no Sudeste; as fazendas cafeicultoras e citricultoras no Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e as fazendas rizicultoras de Goiás, bem como as formas de constituição da força de trabalho nos seringais da Amazônia.

Justiça – *Concepções de justiça e resistência nos Brasis*, primeiro volume do tomo *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, organizado por Marcia Motta, da UFF (Universidade Federal Fluminense), e Paulo Zarth, da Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), reúne 15 textos sobre a história social do campesinato, resultado de pesquisas de várias universidades do país.

O conjunto de artigos tem como principal elemento norteador de reflexão, indagação e inquietude a luta dos pobres do campo para assegurar seu direito à terra. Os textos focalizam os conflitos rurais desde o Brasil colônia. A documentação é escassa, mas suficiente para evidenciar que as disputas pela terra ou a submissão aos povoadores eram muitas vezes resolvidas pela violência física.

É mostrado também como, no século XIX, em uma sociedade marcada pela escravidão, os pobres do campo ousaram questionar o poder dos senhores de terra. Nos textos sobre os primeiros 30 anos da história republicana, é enfocado como é possível encontrar no período tanto as concepções de justiça dos lavradores como suas manifestações coletivas de rebeldia.

Nos dois volumes, evidencia-se que o universo do campesinato conta com duas forças muito importantes que interagem: o desejo familiar, calcado no imaginário coletivo que celebra o porvir de sociedades ou modos de vida mais justos, e o *éthos* do trabalhador, que legitima o intenso esforço despendido, mesmo que, muitas vezes, transfira para o céu a recompensa que geralmente não foi obtida no plano terreno.



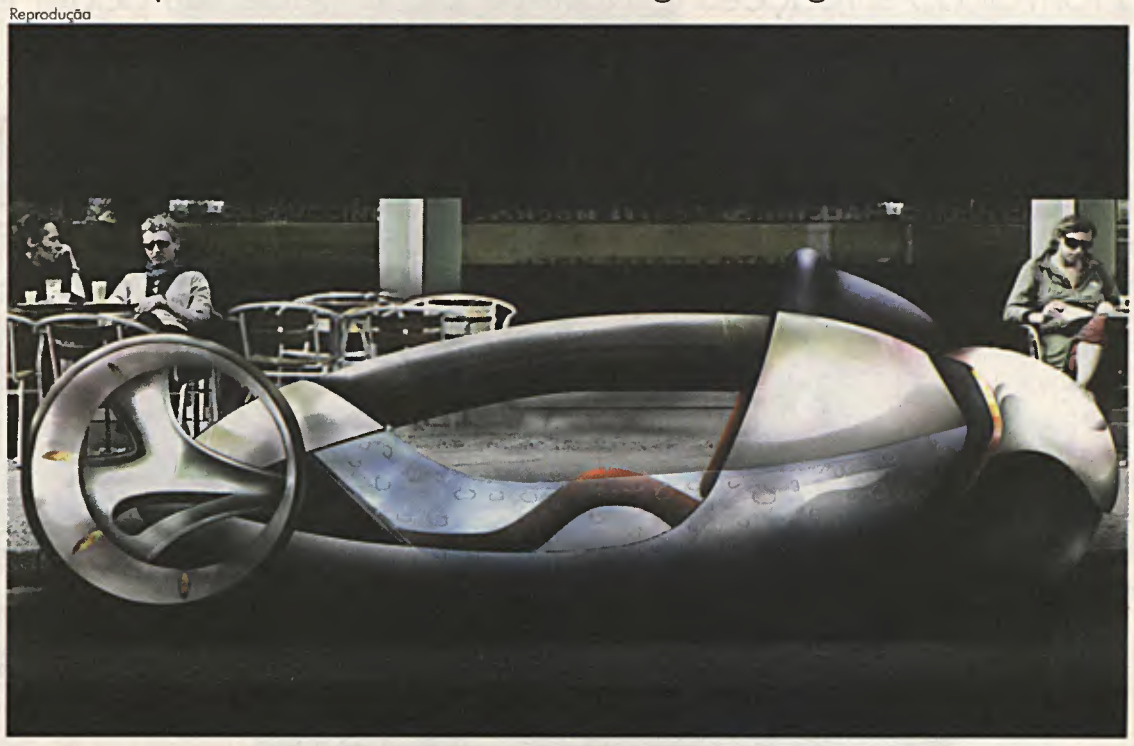
Formas tuteladas de condição camponesa, primeiro volume da tomo *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil* – Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva (organizadores); 280 páginas; R$ 34,00; *Concepções de justiça e resistência nos Brasis*, primeiro volume da tomo *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história* – Marcia Motta e Paula Zarth (organizadores); 352 páginas; R$ 37,00; Fundação Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Informações: (11) 3242-7171, www.editorunesp.com.br, feu@editoro.unesp.br

DESIGN

Veículo-conceito vai a Detroit

Criação de Bauru concorre ao prêmio Michelin Challenge Design 2009 em feira internacional

Reprodução



Divulgação

Limo e sua propasta de automóvel, que alia uma concepção inavadoro com leveza e preocupação cam sustentabilidade ambiental

Com o projeto do veículo-conceito Bio Top, Luis Pinheiro de Lima, quartanista do curso de Desenho Industrial da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), câmpus de Bauru, concorre ao prêmio Michelin Challenge Design 2009, no Salão Internacional de Detroit (EUA). A proposta do aluno tem como características leveza, sustentabilidade ambiental e concepção inovadora. A feira automobilística, que ocorrerá em janeiro, é uma das mais importantes do mundo. "Por ter sido aprovado por grandes nomes do design automotivo mundial, participar desse concurso é muito importante para minha carreira", diz.

Baseado em conceitos semelhantes ao de uma bicicleta leve, o Bio Top é movido por energia elétrica, e se recarrega à medida que o veículo se movimenta. Além disso, segundo o autor, o projeto apresenta idéias inovadoras na dirigibilidade e em seu sistema de rodagem. "Na parte externa da traseira, destaco o material transparente e estilizado que substitui os pneus e funciona como direcionador do veículo", explica. Já no interior, segundo o aluno, o diferencial é o volante, onde ficam o freio e o acelerador.

A idéia teve início quando Luis cursava a disciplina de Projeto V, ministrada pelo professor José Carlos Plácido. "Em nossas aulas, procuramos estimular a efetiva participação dos alunos nos concursos da área, além de direcioná-los para o atendimento das reais necessidades da sua época", esclarece o docente.

O evento anual organizado pela empresa Michelin tem como objetivo promover e dar visibilidade a idéias criativas e inovadoras em design automotivo. Podem participar do concurso profissionais da área, empresas e estudantes universitários do mundo todo. O júri desta edição é composto pelo diretor de design da Volvo, Geza Loczi, o vice-presidente de Design da Nissan, Victor Nacif, e o diretor estratégico de Design da Ford, Freeman Thomas, entre outros.

Danilo Koga

DESIGN

Projeto vence concurso nacional de embalagens

Kit integra linha de perfume masculino; propostas de móveis para ensino concorrem a prêmio

Criações de alunos do curso de Design da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), câmpus de Bauru, vêm se destacando em competições da área. O Kit Ilos, linha que inclui recipiente para frascos de perfume, desodorante, xampu e sabonete, venceu o concurso Idéias Novas para Embalagens. E dois projetos do câmpus para o setor de ensino estão entre os finalistas do Prêmio Tok&Stok de Design Universitário.

O Kit Ilos foi uma criação de Maralise Lopes Silva, Lígia de Freitas Françoso, Juliano Peghin e Victor Leonardo Pereira. Eles venceram o concurso promovido pela Associação dos Designers de Produto e pela SPR International. A entrega do prêmio ocorreu no dia 27 de agosto, em São Paulo (SP).

"Esse projeto apresenta o equilíbrio entre inovação e adequação tecnológica que todo design de produto exige", ressalta Luis Carlos Paschoarelli, professor da Faac e orientador da equipe. "Vencer um concurso deste nível é prova de que realizamos um bom trabalho, com uma idéia bem executada, além de ser uma expressão concreta de que temos um ensino de qualidade na área do design", declara Victor Leonardo.

Para Salvatore Privitera, membro da organização do concurso, a melhor forma de conseguir resultados é influenciar os designers desde a universidade. "O trabalho que ganhou teve como destaque a originalidade, a harmonia do conjunto dos materiais e a qualidade da apresentação", comenta.

Nas finais – Orientados, respectivamente, pelos professores Cláudio Goia e Luis Carlos Paschoarelli, os alunos Gustavo Tokimatsu Hata e Raquel Andrade Sakitani são finalistas do Prêmio Tok&Stok, com projetos que contemplam o tema Estudar.

A quartanista Raquel desenvolveu o projeto Educate Júnior, composto por um banco e uma mesa para crianças de dois a oito anos. "Ser finalista é muito bom para minha carreira, pois posso mostrar minha criatividade e desenvolver novos projetos", diz.

D.K.

Divulgação

O Ilos busca inavação e adequação tecnalógica

EVENTOS

Novo Plano de Saúde da Unesp

Adesão até 5/11 dispensa carências

Para ter a dispensa de carências e do preenchimento de declaração de saúde, os interessados (atuais usuários ou novos) devem aderir ao novo Plano de Saúde da Universidade, o Unesp Saúde, até o dia 5 de novembro de 2008.

O Unesp Saúde começa a vigorar em 1º de dezembro de 2008, em substituição ao Mais Unesp Saúde (MUS), e contará com a mesma rede credenciada Unimed.

Para mais informações, basta procurar as Associações ou acessar o site www.unespsaude.com.br. É importante lembrar que os usuários do MUS que não fizerem a adesão ficarão sem cobertura a partir de 1º de dezembro.

---

07 a 10/10 – Tupã. III Semana de Administração de Empresas e Agronegócios. Na Unidade. Informações: Professor João Guilherme, joao@tupa.unesp.br

8 a 9/10 – Ilha Salteira. XIV Reunião de Iniciação Científica da **Unesp**. Na sala 24 horas. Informações: www.feis.unesp.br

8 a 9/10 – Ilha Solteira. I Congresso de Saúde Mental do Trabalhador. Na Câmara Municipal de Ilha Solteira. Informações: www.feis.unesp.br/dtadm/stdarh/ed/csmt/

9/10 – São Paulo. Palestra: "Processos Eleitorais e Políticos nos Países Andinos após o Referendo da Bolívia", ministrada pelo professor peruano Rafael Roncagliolo. Na biblioteca Latino-Americana Victor Civita. Informações: (11) 3823-4780, cursos@memorial.sp.gov.br.

11/10 – Araraquara. Encontro Anual dos Ex-alunos do Instituto de Química de Araraquara. No IQ. A partir das 12 h na Rua Prof. Francisco Degni. Informações: exalunosiqar@gmail.com

12/10 – Assis. II Culturarte. No Câmpus da FCL. Informações Paulo Sérgio, paulo@assis.unesp.br

13 a 16/10 – Franca. 2° GT Nacional de História das Religiões. Tema: Tolerância e intolerância nas manifestações religiosas. Na FHDSS. Informações: gth@franca.unesp.br, www.franca.unesp.br/gth

13 a 17/10 – Ourinhas. III ENSIGEO - Encontro de Ensino de Geografia. No Câmpus. Informações: julio@ourinhos.unesp.br

14/10 – Araçatuba. Apresentação do grupo de contadores de história "Deixa que eu conto". Realização: CAOE (Centro de Assistência Odontológica a Portadores de Necessidades Especias). No FO. Às 8 h. No anfiteatro. Rod. Mal. Rondon Km527/528. Informações (18)36363200.

14 a 16/10 – Rasana. II Semana de Turismo "Turismo e mercado de trabalho na contemporaneidade". No Auditório. Informações no site: www.rosana.unesp.br/semana ou pelo e-mail semanadeturismo@rosana.unesp.br

16/10 – Araraquara. Show Prata da Casa. Na FO. Informações: andreiam@foar.unesp.br

17 a 19/10 – Jabaticabal. Bovinocultura Leiteira: Atualidades e Perspectivas Futuras. No Centro de Convenções "Prof. Ivaldo Melito" da FCAV. Informações no site: www.funep.com.br/eventos

20 a 24/10 – Franca. XIX Semana Jurídica da Unesp. tema: 20 anos da Constituição Cidadã: a construção da democracia no Brasil. No Salão Nobre da FHDSS. Informações: semanajuridica2008@gmail.com

20 a 24/10 - Ilha Salteira. VII Semana da Matemática. Na FE. Informações no site: www.feis.unesp.br

23/10 – Guaratinguetá. Encerramento do Curso de Atualização: "Treinamento da CIPA". No Anfiteatro I da FE. Informações: Stella Staut, stella@feg.unesp.br

23 a 25/10 – Araçatuba. VIII Encontro de Estomatologia da FO. No Anfiteatro e salas de aula. Informações: Élerson Gaetti Jardim Júnior, (18) 3636-2797, egaettij@foa.unesp.br , Ana Claudia Okamoto, (18) 3636-2798, aokamoto@foa.unesp.br

25 e 26/10 – Jabaticabal. IV Curso Teórico-Prático sobre Nutrição de Cães e Gatos. No Centro de Convenções "Prof. Ivaldo Melito". Informações no site: www.funep.com.br/eventos

26 a 29/10 – Feira de Santana. I Colóquio Internacional sobre Ensino Superior. Informações: www.uefs.br/cies

26 a 31/10 – Curitiba, PR. 44° Congresso Brasileiro de Geologia. Membro da Comissão Organizadora do Estande do IGCE da Unesp: José Alexandre J. Perinotto. Informações: perinoto@rc.unesp.br

29 a 31/10 – Botucatu. Simpósio Brasileiro de Agroenergia (Siagre): Agroenergia e desenvolvimento sustentável. Presidente: Odivaldo José Seraphim (FCA). Na FCA. Informações: seraphim@fca.unesp.br, www.fca.unesp.br/siagre2008 , seraphim@fca.unesp.br , (14) 3811-7194.

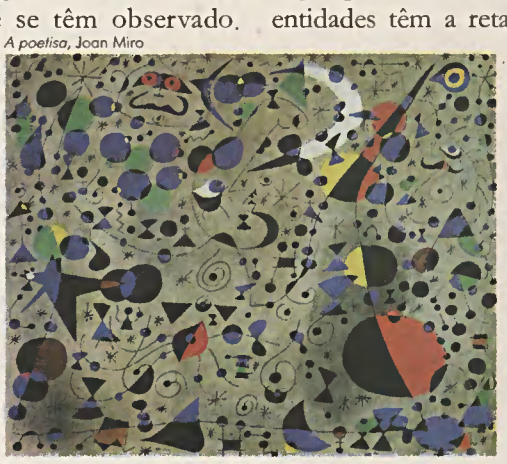
Informações para esta agenda: fabianam@reitoria.unesp.br

O OUVIDOR FALA

Vagas públicas, mais cidadania

JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR

Retomamos neste espaço a problemática da ampliação de vagas no ensino superior público. Desde logo fique clara nossa posição em defesa da expansão de investimento público no ensino brasileiro em todos os níveis. Focalizamos desta feita a necessidade da participação enérgica do Estado antes que ocorram desastres como os que se têm observado no mundo financeiro.


A poetisa, Joan Miro

Ao contrário do propalado "inchaço", preocupação até fundamentada pela *Folha de S. Paulo* ("Opinião", 5/9/2008, p. 2), vemos com muito otimismo um aumento de 28% no volume de vagas nas universidades federais, traduzindo-se em mais de duzentas e vinte mil oportunidades de ingresso. As restrições do respeitável periódico referem-se à eficiência, com ênfase nos custos elevados por força de contratações de docentes e funcionários e hipertrofia burocrática decorrente. Tem razão quando fala de uma "estrutura anacrônica" nas faculdades federais. Entretanto, tais problemas devem buscar solução no reordenamento da gestão pública, porque a gerência do ensino superior faz parte de reformas complexas que urge serem aplicadas na organização administrativa no Brasil. Esse mal de raiz não é apenas do ensino gratuito superior. O maior dos males é a atuação do Estado no favorecimento do setor privado. Mais desordenada e dispendiosa é a virulenta expansão de faculdades, centros e universidades privadas, como bem demonstra a educadora Leonor Maria Tanuri no seu texto "Ensino Superior; expansão e eqüidade" (**Jornal Unesp**, agosto, p. 2). Sublinhemos algumas constatações da autora, a nosso ver estarrecedoras. Dados de 2006 demonstram que a privatização do ensino superior atingiu 87,4% das vagas e 89,10% das instituições existentes. No Estado de São Paulo o número de vagas privadas sobe para 93,8%! Essas entidades têm a retaguarda do ProUni no financiamento de estudantes para o pagamento das mensalidades. Esse fato, somado à isenção de impostos e longos parcelamentos de taxas previdenciárias em atraso, leva-nos a indagar onde reside o maior dispêndio estatal: no público ou no privado? Por outro lado, a maioria dos estabelecimentos é de qualidade bastante duvidosa. Considere-se ainda a dívida contraída pelos que dependem do financiamento.

Os dados acima são muito agravados pelo porcentual de 49,9% de vagas ociosas, equivalentes a 1.147.391 vagas. Tanuri, com razão, aponta para um esgotamento do sistema privado. Algumas particulares sobreviverão pela qualidade e gestão. Todavia, quando o "subprime" do ensino superior levar a uma implosão do sistema privado, a conta será paga pelo contribuinte.

O estudo profundo do modelo universitário brasileiro, com reformulações adequadas, e impõ-se com urgência. Um maior investimento público na educação, visando principalmente o cidadão carente, sempre será melhor do que a persistência no sistema em vigor.

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor: Marcos Macari
Vice-reitor e Assessor de Plonejomento e Orçamento: Herman Jacobus Cornelis Voorwald
Pró-reitor de Administração: Julio Cezar Durigan
Pró-reitor de Extensão Universitária: Maria Amélia Máximo de Araújo
Pró-reitor de Groduação: Sheila Zambello de Pinho
Pró-reitor de Pesquiso: José Arana Varela
Pró-reitor de Pós-Groduação: Marilza Vieira Cunha Rudge
Secretório-gerol: Maria Dalva Silva Pagotto
Chefe de Gobinete: Kléber Tomás Resende
Assessorio de Informática: Alberto Antonio de Souza
Procurodorio Jurídico: Edson César dos Santos Cabral
Assessorio de Reloções Externos: Elisabeth Criscuolo Urbinati
Diretores/Coordenadores-executivos dos Unidodes Universitórias: Pedro Felício Estrada Bernabé (FO-Araçatuba), Iguatemy Lourenço Brunetti (FCF-Araraquara), José Claudio Martins Segalla (FO-Araraquara), Cláudio Benedito Gomide de Souza (FCL-Araraquara), Maysa Furlan (IQ-Araraquara), Mário Sérgio Vasconcelos (FCL-Assis), Antonio Carlos de Jesus (FAAC-Bauru), Henrique Luiz Monteiro (FC-Bauru), Alcides Padilha (FE-Bauru), Leonardo Theodoro Büll (FCA-Botucatu), Sérgio Swain Müller (FM-Botucatu), Maria de Lourdes Mendes Vicentini Paulino (IB-Botucatu), Edson Ramos de Siqueira (FMVZ-Botucatu), Mário de Beni Arrigoni (Dracena), Ivan Aparecido Manoel (FHDSS-Franca), Júlio Santana Antunes (FE-Guaratinguetá), Wilson Manzoli Júnior (FE-Ilha Solteira), Marcos Tadeu Tibúrcio Gonçalves (Itapeva), Raul José da Silva Girio (FCAV-Jaboticabal), Tullo Vigevani (FFC-Marília), Paulo Fernando Cirino Mourão (Ourinhos), João Fernando Custódio da Silva (FCT-Presidente Prudente), Sérgio Hugo Benez (Registro), Luiz Carlos Santana (IB-Rio Claro), Sebastião Gomes de Carvalho (IGCE-Rio Claro), Rosangela Custodio Cortez Thomaz (Rosana), Carlos Roberto Ceron (Ibilce-São José do Rio Preto), José Roberto Rodrigues (FO-São José dos Campos), Marcos Fernandes Pupo Nogueira (IA-São Paulo), Marcelo Antônio Amaro Pinheiro (CLP-São Vicente), Galdenoro Botura Júnior (Sorocaba) e Elias José Simon (Tupã).

Governador: José Serra
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR
Secretário: Carlos Vogt

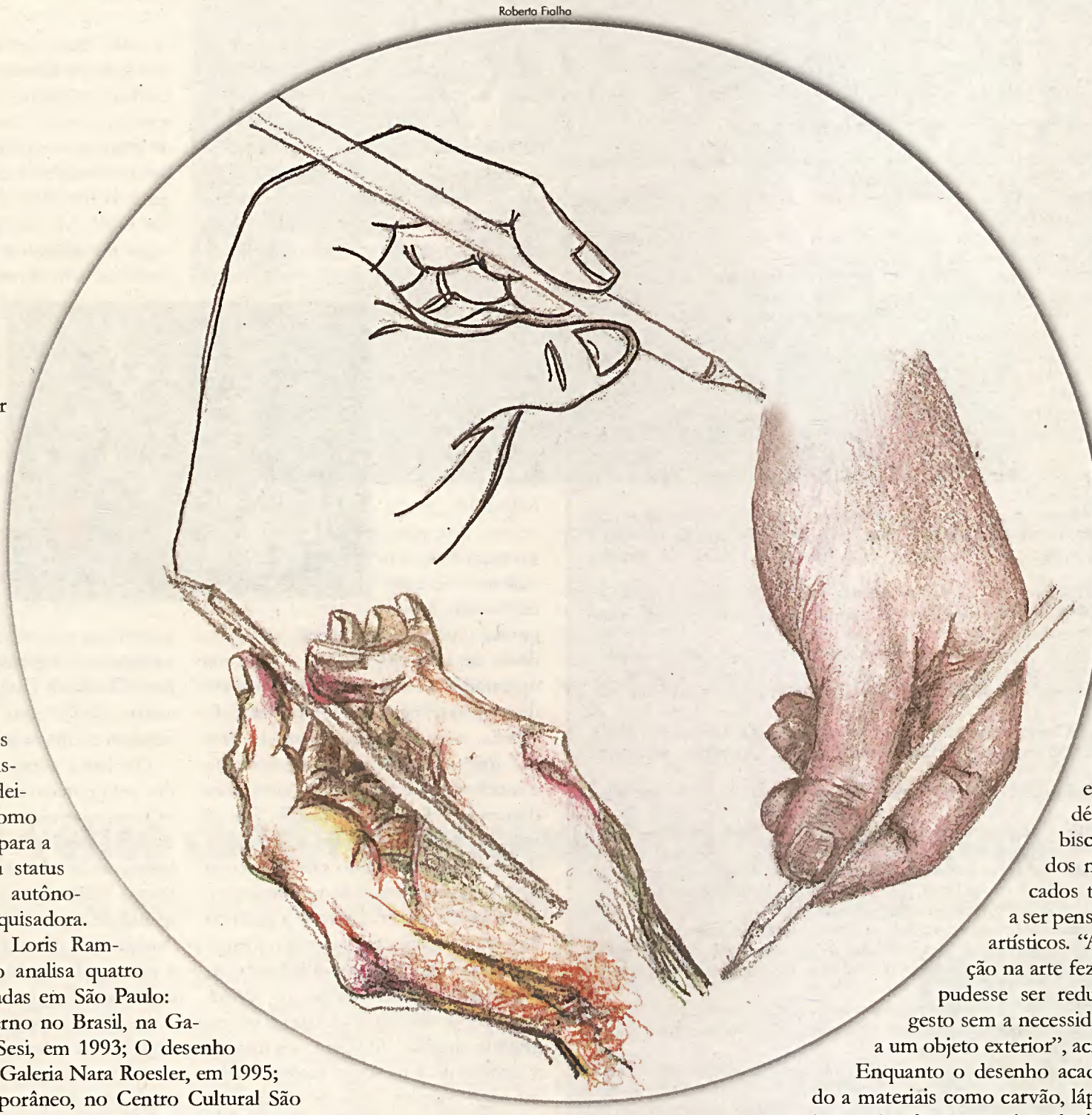
Jornalunesp

Assessor-chefe do Assessorio de Comunicoção e Imprenso: Maurício Tuffani
Coordenodor de imprenso: Oscar D'Ambrosio
Editor: André Louzas
Redoção: Dênio Maués, Genira Chagas e Julio Zanella
Programoção Visuol: RS PRESS Editora
Edição de orte: Sidney João de Oliveira (RS PRESS)
Diagromoção: Leonardo Fial (RS PRESS)
Colabororom nesto edição: Eliana Assumpção, Noélia Ipê (fotografia); Daniel Patire (texto e fotografia); Danilo Koga e Renato Coelho (texto).
Produção: Mara Regina Marcato
Revisão: Maria Luiza Simões
Versão on-line: Paulo Rocha
Tirogem: 25.000 exemplares
Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI).
A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.
Endereço: Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar, Centro, CEP 01049-905, São Paulo, SP. Telefone: (11) 5627-0323.
Home poge: http://www.unesp.br/jornal/
Fotolito e Impressão: Art Printer Gráficos Ltda.

ARTES PLÁSTICAS

Desenho com mãos livres

Produção desse gênero artístico no País troca regras acadêmicas por liberdade de criação


Roberta Fialho

Compreender a trajetória do desenho brasileiro é o objetivo da dissertação de mestrado apresentada por Adriana Sottomaior Ramos e Ramos ao programa de pós-graduação em Artes do Instituto de Artes, câmpus de São Paulo. "Discuto como ele deixou de ser visto como um mero esboço para a pintura e ganhou status de obra plástica autônoma", afirma a pesquisadora.

Orientado por Loris Rampazzo, o trabalho analisa quatro exposições realizadas em São Paulo: O desenho moderno no Brasil, na Galeria de Arte do Sesi, em 1993; O desenho em São Paulo, na Galeria Nara Roesler, em 1995; Desenho contemporâneo, no Centro Cultural São Paulo, em 1999, com curadoria de Rodrigo Naves; e Tecendo o visível, no Instituto Tomie Ohtake, em 2003, com curadoria de Agnaldo Farias.

A pesquisadora considera o ato de desenhar um modo de pensar o espaço. Assinala as mudanças nas questões espaciais do desenho, estudando aspectos formais, como ponto, linha e plano, e seus desdobramentos no pós-modernismo. Nesse sentido, faz um panorama histórico que começa com a influência da Academia Francesa no Brasil e passa pela liberdade de categorias e de gêneros a partir da década de 1950.

História – A dissertação lembra que o ensino de desenho no Brasil foi implantado pela Academia Imperial de Belas Artes, em 1831. Os artistas da Missão Francesa formaram a primeira geração de mestres brasileiros. "Isso criou uma herança de formação clássica", comenta a mestre.

Até o início do século XX, era fácil definir o que era o desenho, pensado então como exercício acadêmico da forma: o nu, a natureza-morta, a paisagem ou estudos esboços preparatórios para a pintura. Os meios técnicos eram carvão, lápis, nanquim sobre papel. "O desenho estava subordinado ao fazer da pintura como projeto", explica.

O desenho foi, portanto, considerado no Brasil, por muito tempo, uma arte menor entre as artes plásticas. Não se tratava de desvalorizar a técnica, mas sim a obra. "Ele era visto como uma atividade que se perdia entre croquis e estudos, ficando em segundo plano perante as artes tradicionalmente mais valorizadas, como a pintura, a arquitetura e a escultura", conta a pesquisadora.

Libertação – Com a abstração, que chegou ao Brasil na década de 1950, o desenho ganhou autonomia e status de obra. Nas décadas seguintes, rabiscos, desenhos realizados nas agendas e em recados telefônicos começam a ser pensados como trabalhos artísticos. "A chegada da abstração na arte fez com que o desenho pudesse ser reduzido a um simples gesto sem a necessidade de se assemelhar a um objeto exterior", acrescenta Adriana.

Enquanto o desenho acadêmico está associado a materiais como carvão, lápis e nanquim, preso à questão da perspectiva, do ilusionismo da visão natural e ao próprio suporte, geralmente o papel, o desenho moderno brasileiro, para Adriana, em função da arte abstrata e das suas implicações de maior liberdade na criação, sofre grandes transformações, principalmente em termos de definição.

Arte conceitual – Os mesmos materiais continuaram a ser utilizados, mas sem estabelecer limites ou fronteiras entre os gêneros. "A arte conceitual, o pensar aquilo que se faz, pode até superar o que é realizado", avalia Adriana. "Hoje, a temática do desenho recai sobre o próprio conceito de desenho."

A pesquisa mostra como a arte e esse conceito de desenho voltaram-se cada vez mais para si mesmos. "Ao invés de trazer apenas formas conhecidas e gestos, os desenhos se posicionam como registros e formas indefinidas", diz a mestre. "Eles retomam a prática ancestral do homem de se apropriar de um espaço vazio, deixando ali um registro."

O trabalho também aponta como o conceito de desenho hoje não tem mais limites, assim como seu diálogo com outras manifestações plásticas. "O espaço do desenho contemporâneo está em aberto. Vale-se dos mais variados suportes e é passível das mais abertas operações e possibilidades. Ele se desdobra e se integra com outras áreas, como a arquitetura, para conquistar a sua visibilidade como obra em si mesmo", conclui Adriana.

Oscar D'Ambrosio

Definição de uma arte

Processo pelo qual uma superfície é marcada aplicando-se sobre ela a pressão de uma ferramenta (em geral, um lápis, caneta ou pincel), que é movida, de forma a surgirem pontos, linhas e formas planas, o desenho se manifesta como composição bidimensional.

Ele envolve uma atitude do desenhista em relação à realidade. O artista pode desejar imitá-la, transformá-la ou criar uma nova. As várias posturas em relação ao resultado do trabalho manifestam-se pelo gesto, ou seja, a natureza dos movimentos da mão humana e a forma como a visão de mundo do autor os influencia.

As ferramentas de desenho mais comuns são lápis, carvão, pastéis, crayons, e pena e tinta. Muitos materiais de desenho são à base de água ou óleo e são aplicados secos, sem preparação. Existem meios de desenho à base de água (o "lápis-aquarela", por exemplo), que podem ser umedecidos com um pincel molhado para produzir vários efeitos. Há também pastéis oleosos e lápis de cera, além das mesclas entre esses e outros materiais.

O.D.